

Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo
Mestrado Profissional em Administração

CLEBERSON LUIZ SANTOS DE PAULA

Avaliação e Mensuração do Retorno Social nas Organizações sem Fins
Lucrativos: Estudo de Caso aplicando a Metodologia SROI.

Pedro Leopoldo – MG
2009

CLEBERSON LUIZ SANTOS DE PAULA

Avaliação e Mensuração do Retorno Social nas Organizações sem Fins
Lucrativos: Estudo de Caso aplicando a Metodologia SROI.

Dissertação apresentada ao curso de
Pós-Graduação de Mestrado
Profissional em Administração – MPA,
da Universidade de Pedro Leopoldo,
como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Administração.

Área de Concentração: Finanças

Orientador: Prof. Dr. Haroldo
Guimarães Brasil

Pedro Leopoldo
Universidade de Pedro Leopoldo
2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação: Avaliação e Mensuração do Retorno Social nas Organizações sem Fins Lucrativos: Estudo de Caso aplicando a Metodologia SROI.

Nome do Aluno: CLEBERSON LUIZ SANTOS DE PAULA

Dissertação de mestrado profissionalizante defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração das Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, aprovada pela banca examinadora, constituída pelos professores:

Prof. Dr. Haroldo Guimarães Brasil
(Orientador)

Prof. Dr. Tarcísio Afonso

Prof. Dr. Pueri do Carmo Mário

Pedro Leopoldo (MG), 30 de Janeiro de 2009.

Dedico esta dissertação, em especial, aos meus pais, minha irmã e meu filho Rafael que acompanharam esta minha conquista com o apoio e presença em todos os momentos. E a todos os amigos e educadores que me incentivaram e contribuíram para a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de finalização de um trabalho realizado com dedicação e prazer e ao mesmo tempo ultrapassando vários obstáculos, tenho que agradecer a todos que me apoiaram e contribuíram neste trabalho.

Primeiramente, agradeço a Deus, Mestre Supremo que me concedeu o dom da vida, sabedoria e inteligência e iluminou sempre meu caminho, guiando-me nas trilhas desta jornada que é a vida.

Aos meus pais, José Eustáquio e Maria Elena e a minha irmã Clebia, pelo incentivo nesta fase da minha vida.

Ao meu filho Rafael, pela compreensão dos momentos que tive que me ausentar e não lhe dar a atenção que solicitava.

Ao Prof. Dr. Haroldo Brasil que me apoiou e orientou-me, para que fosse possível a realização deste trabalho.

Ao Prof. Pueri, pelo incentivo à realização deste trabalho e o alcance deste objetivo em minha vida.

À Universidade Salgado de Oliveira ,que através de apoio financeiro, tornou possível a conclusão deste Mestrado.

Aos colegas de Mestrado, pelas discussões que me permitiram aprender um pouco mais e descobrir que o nosso saber é pouco diante da abrangência do campo científico e profissional.

E a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram, auxiliaram e incentivaram na busca do conhecimento. A todos vocês, o meu agradecimento e que

Deus retribua em dobro todos os gestos de carinho e amizade que dedicaram a mim.

RESUMO

A avaliação e mensuração da gestão nas organizações sem fins lucrativos podem ser consideradas como um fator importante na captação de recursos financeiros. E esta avaliação e mensuração podem ser obtidas através da divulgação dos demonstrativos financeiros e indicadores que possibilitem esta visualização. Mas, devido à falta de indicadores que possibilitem a mensuração do retorno social para cada recurso arrecadado e gerido pelas organizações sem fins lucrativos, este estudo tem o objetivo de utilizar a metodologia SROI como instrumento de avaliação e mensuração do desempenho da gestão nas organizações sem fins lucrativos. Esta metodologia foi desenvolvida por uma fundação americana e tem como propósito o cálculo de seis indicadores. Este estudo desenvolve-se a partir da análise dos seguintes aspectos: contexto, conceituação e áreas de atuação do terceiro setor, distinção entre resultado econômico e resultado social e a descrição da Metodologia SROI. Foram analisadas as organizações sem fins lucrativos Fundação Mario Penna e Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte a partir das informações coletadas: Demonstrações Financeiras e Balanço Social. Após o estudo da metodologia e sua aplicação nas organizações citadas, foi possível identificar vantagens e limitações da metodologia. Entre as vantagens, destaca-se a identificação do valor da causa social, ou seja, o valor do benefício gerado à sociedade através da prestação de serviços gratuitos e a separação entre valor econômico e valor social. Dentre as limitações, destaca-se a não consideração na metodologia dos recursos arrecadados através de doações e não utilização do valor da isenção tributária em comparação os benefícios gerados à sociedade.

ABSTRACT

The evaluation and measurement of management of non-profitable organizations can be considered as an important factor of grasping financial resources. And this evaluation and measurement can be obtained through distribution of financial statement and indicators that enable this visualization. But due to the lack of indicators that enable the measurement of social return to each resource collected and managed by non-profitable organizations, this study aims to use the methodology SROI as an instrument of evaluation and measurement of the performance of management on non-profitable organizations. This methodology was developed by an American foundation and has the objective the calculus of six indicators. This study is developed by the analysis of the following aspects: contextualization, concepts and acting areas, distinction between economical results and social results and description of SROI methodology. Were analyzed the non-profitable organizations Fundacao Mário Penna and Santa Casa de Misericórdia from the information collected: financial statements and social balance. After the study of the methodology and its application on the organization quoted it was possible to identify advantages and limitations of the methodology. Among the advantages can be noticed the , , the identification of the value of the social cause, that is, the value of the benefit generated to the society through free services and the separation between economical value and social value. Among the limitations can be noticed the non-consideration on the methodology from resources collected through donations and the no use of the tax exempt in comparison to the benefits generated to the society.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Classificação das entidades sem fins lucrativos26

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Medidas de Valor da Metodologia <i>SROI</i> de Valor	39
TABELA 2: Fórmulas dos Índices de Retorno da Metodologia <i>SROI</i>	40
TABELA 3: Classificação Receita Fundação Mário Penna em Atividade Econômica e Social	48
TABELA 4: Custo dos Benefícios Gratuitos Fundação Mário Penna	49
TABELA 5: Demonstração Superávit / Déficit do Exercício Fundação Mário Penna segregada em atividade Econômica e Social.....	50
TABELA 6: Cálculo Valor do Negócio Fundação Mário Penna	51
TABELA 7: Cálculo do Valor da Causa Social Fundação Mário Penna	53
TABELA 8: Dívidas de Longo Prazo Fundação Mário Penna	54
TABELA 9: Cálculo do Valor da Entidade Fundação Mário Penna	54
TABELA 10: Cálculo Índice de Retorno do Negócio Fundação Mário Penna	55
TABELA 11: Cálculo Índice de Retorno da Causa Social Fundação Mário Penna ...	56
TABELA 12: Cálculo Índice de Retorno da Entidade Fundação Mário Penna	56
TABELA 13: Classificação Receita Santa Casa de Misericórdia em Atividade Econômica e Social.....	57
TABELA 14: Custo Benefícios Gratuitos Santa Casa de Misericórdia	58
TABELA 15: Demonstração Superávit / Déficit do Exercício Santa Casa de Misericórdia segregada em Atividade Econômica e Social	59
TABELA 16: Cálculo Valor do Negócio Santa Casa de Misericórdia	60
TABELA 17: Cálculo Valor do Valor da Causa Social Santa Casa de Misericórdia ..	61
TABELA 18: Dívidas de Longo Prazo Santa Casa de Misericórdia.....	61
TABELA 19: Cálculo do Valor da Entidade Santa Casa de Misericórdia	62
TABELA 20: Cálculo do Índice de Retorno do Negócio Santa Casa de Misericórdia	62
TABELA 21: Cálculo do Índice de Retorno da Causa Social Santa Casa de Misericórdia:	62
TABELA 22: Cálculo Índice de Retorno da Entidade Santa Casa de Misericórdia....	63
TABELA 23: Isenção Tributária Fundação Mário Penna	65
TABELA 24: Resumo dos indicadores das organizações	66

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	13
1.1 – O PROBLEMA E A PERGUNTA DA PESQUISA.....	14
1.2 – OBJETIVOS DO TRABALHO	14
1.2.1 – OBJETIVO GERAL	15
1.2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.3 – JUSTIFICATIVA.....	15
2 – METODOLOGIA.....	18
2.1 – MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA	18
2.2 – UNIDADES DE ANÁLISE E UNIDADES DE OBSERVAÇÃO.....	18
2.3 – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	19
2.4 – TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	20
3 – REVISÃO DE LITERATURA	21
3.1 – TERCEIRO SETOR.....	21
3.1.1 – CONTEXTO.....	21
3.1.2 – CONCEITUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR.....	23
3.1.3 – ÁREAS DE ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR	25
3.2 – RESULTADO ECONÔMICO VERSUS RESULTADO SOCIAL	28
3.3 – METODOLOGIA SROI - Social Return on Investment.....	30
4 – HISTÓRICO DAS ORGANIZAÇÕES OBJETO DESTA PESQUISA.....	41
4.1 – FUNDAÇÃO MÁRIO PENNA	41
4.2 – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE.....	43
5 – APLICAÇÃO MODELO SROI NAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	47
5.1 – FUNDAÇÃO MÁRIO PENNA	47
5.1.1 – Cálculo do Valor do Negócio	47
5.1.2 – Cálculo do Valor da Causa Social.....	52
5.1.3 – Cálculo do Valor da Entidade	53
5.1.4 – Cálculo dos Índices de Retorno	55
5.2 – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE.....	57
5.2.1 – Cálculo do Valor do Negócio	57
5.2.2 – Cálculo do Valor da Causa Social.....	60

5.2.3 – Cálculo do Valor da Entidade	61
5.2.4 – Cálculo dos Índices de Retorno	62
5.3 – ANÁLISE DOS RESULTADOS	63
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70
ANEXOS	75

1 – INTRODUÇÃO

Segundo Olak e Nascimento (2000), as organizações sem fins lucrativos vêm desempenhando funções cada vez mais amplas e relevantes na sociedade moderna. A cada dia, o crescimento desse setor torna-se mais visível e pode ser explicado pelas seguintes causas: deficiência no setor público gerando uma crise que reduz a destinação de recursos para diversas áreas sociais; a conscientização da população quanto a esta deficiência e crise faz com que o trabalho voluntário evolua-se e a conscientização do setor privado com a responsabilidade social fazendo com que muitas empresas desse setor destinem recursos para as organizações sem fins lucrativos, em forma de doação e execução de projetos sociais.

As organizações sem fins lucrativos desenvolvem atividades de caráteres: beneficente, filantrópico, caritativo, religioso, cultural, educacional, científico, artístico, literário, recreativo, de proteção ao meio ambiente, esportivo, além de outros serviços, objetivando sempre a consecução de fins sociais. De um extremo ao outro do mundo, são inegáveis as ações voluntárias organizadas através de associações, fundações e instituições similares, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e político das nações, realizando inúmeras atividades ainda não atendidas ou deixadas sob a responsabilidade do Estado.

Como consequência do crescimento das organizações sem fins lucrativos e do grande número de projetos na área assistencial, essas organizações necessitam de recursos financeiros que são ingressados tanto por entidades financiadoras como doações voluntárias. Em ambos os casos, visando à transparência das atividades geridas por estas organizações, é necessário que estas divulguem seus números e desempenho.

Devido à falta de indicadores que possibilitem a mensuração do retorno social para cada recurso arrecadado e gerido pelas organizações sem fins lucrativos, o estudo

da aplicação da metodologia *SROI* nestas organizações caracteriza-se, portanto, como um dos meios de evidenciar e compreender o seu resultado.

Esta dissertação busca contribuir com a crescente pesquisa sobre indicadores de mensuração do retorno social produzidos pelas organizações sem fins lucrativos, através da gestão dos recursos arrecadados pelas mesmas, tanto os recursos oriundos das atividades econômicas quanto das atividades sociais.

1.1 – O PROBLEMA E A PERGUNTA DA PESQUISA

Levando em consideração que a maioria das organizações sem fins lucrativos enfrentam problemas com a escassez de recursos, a gestão destas organizações deve ter bons níveis de eficiência. Mas como verificar esta eficiência? Alguns autores apontam a falta de indicadores de desempenho como um dos problemas encontrados por estas organizações, para avaliar seu desempenho e alavancar recursos.

Dessa forma, como a metodologia *SROI* (*Social Return on Investment*) pode contribuir na avaliação e mensuração do desempenho da gestão, nas organizações sem fins lucrativos?

1.2 – OBJETIVOS DO TRABALHO

Os objetivos que nortearão essa pesquisa são expostos a seguir, na forma geral e específica.

1.2.1 – OBJETIVO GERAL

Utilizar a metodologia SROI como instrumento de avaliação e mensuração do desempenho da gestão nas organizações sem fins lucrativos.

1.2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ⇒ Identificar a formação de resultados das organizações estudadas buscando a segregação em: Econômico, Social e Sócio-econômico.

- ⇒ Identificar vantagens e limitações da metodologia *SROI*.

- ⇒ Sugerir um conjunto de informações em relatórios que seja, efetivamente, aplicável e necessário a organizações sem fins lucrativos, para uma melhor mensuração e evidenciação do desempenho da gestão.

1.3 – JUSTIFICATIVA

Nas duas últimas décadas, o mundo assistiu ao crescimento das organizações sem fins lucrativos, especificamente as ONG's. Estas organizações, muitas das vezes com preocupações sociais, como dignidade, geração de renda, saúde, educação, capacitação profissional, inclusão econômica, inclusão social, e outras, encontram dificuldade de sobrevivência, quer por motivos de organização interna ou mesmo por forças exógenas.

No Brasil, diante da incapacidade governamental em atender às demandas sociais, é necessário que a população tenha uma conscientização das necessidades e vantagens de se manter organizações que tenham, como propósito, a busca de soluções para situações difíceis e embaraçosas, que deveriam ser supridas pelo

governo, e no entanto, não o são. Através de associações de pessoas, essas questões sociais têm sido amenizadas.

Considerando a existência de ineficiência do Estado em cumprir com suas obrigações, a sociedade organiza-se em associações, fundações, entre outras, buscando amenizar a inoperância do Estado, por meio de atividades assistencialistas, culturais e educacionais buscam capacitar ou suprir a sociedade desta ineficiência.

Essa organização da sociedade possibilitou a formação do Terceiro Setor, constituído de organizações sem fins lucrativos e com um objetivo social bem definido, ou seja, organizações, cuja finalidade maior é promover benefícios à sociedade. Suas atividades são tipicamente públicas, apesar de serem pessoas jurídicas de direito privado.

Entretanto, muitas destas organizações surgiram por iniciativas de pessoas sem experiência em gestão e, conseqüentemente, apresentam muitas dificuldades na sua administração. A organização sem fins lucrativos não implica empresa não lucrativa, tal expressão diz respeito à distribuição dos resultados. Todo lucro gerado deve ser reinvestido, não existe distribuição de dividendos (MELO *et al*, 2003). Ou seja, não é verdade que estas organizações não podem ser lucrativas, elas podem e devem ser lucrativas, gerando recursos para reinvestir em novos projetos sociais. A escassez de recursos nestas empresas, visto que a maior parte delas depende da solidariedade alheia, exige, ainda mais, uma gestão eficiente da organização. O objetivo maior destas organizações deve ser maximizar os benefícios gerados em cada recurso arrecadado. Logo, o lucro indica o uso eficiente dos recursos, ou seja, se foi possível repor os gastos, e se ainda houve recursos para reinvestimento. O superávit, no final do exercício (o mesmo que lucro nas empresas com fins lucrativos), além de não ser ilegal, como se imagina, permite a ampliação da ajuda dada à sociedade pela organização.

Todavia, percebe-se a existência de problemas de gestão na grande maioria dessas organizações. Essas organizações, ao contrário das organizações do segundo setor, o privado, tem sua essência em gerar valor à sociedade e não aos seus “criadores”.

2 – METODOLOGIA

2.1 – MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Para que uma pesquisa possa merecer o qualificativo de científica, ela deve ser feita de modo sistematizado, utilizando, para isto, método próprio e técnicas específicas e procurando um conhecimento que se refira à realidade empírica” (RÚDIO, 1983, p. 9).

Dessa forma, neste estudo, realizou-se uma pesquisa que tenha condições de analisar o fenômeno em si, com informações oriundas de constatações empíricas, utilizando, de uma maneira geral, uma abordagem positiva, configurando-se, assim, por uma pesquisa empírico-analítica, em que o método indutivo foi mais presente do que o dedutivo, considerando-se a análise de duas organizações sem fins lucrativos para atendimento dos objetivos da pesquisa.

Utilizou-se técnicas de pesquisa documental, para obtenção de dados e de observação direta, junto às organizações sem fins lucrativos, por meio de levantamento de dados e relatórios, conforme a pertinência e possibilidade de uso. Dessa maneira, buscou-se o máximo de dados que compuseram o conjunto a ser analisado e testado, para fins de relacionamentos possíveis com o fenômeno e com o objetivo da pesquisa, que é o de desenvolver a aplicabilidade da metodologia *SROI*.

2.2 – UNIDADES DE ANÁLISE E UNIDADES DE OBSERVAÇÃO

Segundo Gonçalves e Meirelles (2002, p.54), unidade de análise é a “... entidade que descreve o contexto, em que são localizadas as unidades de observação”; e unidades de observação são “aquelas entidades de um contexto que serão submetidas ao processo de investigação e responderão pelo problema investigado.”

Dessa forma, as unidades de análise foram: Fundação Mário Penna e a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. As unidades de observação foram os relatórios contábeis e demais documentos que contribuíram para a determinação dos valores necessários ao cálculo da metodologia *SROI*.

Para a Fundação Mário Penna os dados analisados e utilizados foram referente ao exercício de 2006, já para a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte o período analisado e utilizado foi o de 2007.

Foi utilizada a técnica de amostra por acessibilidade. Segundo Vergara, (2008, p. 51) entende-se por amostra por acessibilidade aquela que não exige qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles.

Portanto, para atingir ao objetivo proposto, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que segundo Martins (2002, p.35) “trata-se de um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto”.

Após o levantamento das diversas contribuições sobre o tema em questão, foi realizada uma pesquisa de campo que, conforme Martins (2002, p. 36), corresponde à coleta direta da informação no local em que acontecem os fenômenos.

2.3 – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados é a fase do método de pesquisa, cujo objetivo é obter informações da realidade, por meio dos dados disponibilizados. Nesse sentido, todos os dados utilizados nessa pesquisa foram coletados através dos sites e publicações efetuadas pelas organizações.

Os instrumentos, em si, de coletas de dados foram desenvolvidos e ajustados durante a pesquisa. Pode-se dizer que se buscou a construção de instrumentos que facilitaram a coleta dos dados, e ao mesmo tempo continham elementos que sejam relevantes para uma visão geral dos processos e das organizações identificadas.

Entende-se de antemão, que os dados coletados foram passíveis de classificação, conforme Olak e Nascimento (2000), em físicos (relacionados às atividades) e financeiros (oriundos das fontes financeiras disponíveis). Esses dados permitiram o cálculo de receitas baseadas em custo de oportunidade, conceito utilizado pelo modelo *SROI*.

2.4 – TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente, os dados coletados receberam um tratamento analítico, no qual foram ordenados e classificados, respeitando-se as técnicas e os princípios científicos, tanto contábeis quanto financeiros. Posteriormente, esses dados foram, devidamente, aplicados à metodologia (modelo) de estudo discutida nesta pesquisa.

3 – REVISÃO DE LITERATURA

3.1 – TERCEITO SETOR

3.1.1 – CONTEXTO

Analisando como se organiza a sociedade, vê-se que existe uma infinidade de organizações diferentes, com diferentes objetivos e diferentes pessoas. São organizações tão diversas quanto um órgão público, uma empresa transnacional e uma pequena empresa. Apesar desta grande diversidade, podemos classificar as organizações segundo a natureza de suas atividades, em um modelo de três setores.

Coelho (2000, p. 39-40) descreve os três setores da seguinte forma:

- ❖ **Governo**, ou primeiro setor – As atividades têm por objetivo o atendimento universal das necessidades sociais. Ao contrário do mercado, o governo tem sua ação legitimada por poderes coercitivos, possuindo todo um arcabouço legal que limita, orienta e regula sua atuação.
- ❖ **Mercado**, ou segundo setor – As atividades envolvem a troca de bens e serviços, com o objetivo de produzir lucro. O mercado atua sob o princípio da não-coerção legal, ou seja, nenhuma pessoa é obrigada a comprar, nem a vender. Os mecanismos do mercado estão ligados a preços e demanda.
- ❖ **Terceiro Setor** – Seria formado por instituições cujas atividades não são coercitivas, ou seja, possuem toda liberdade de atuação, porém seu objetivo não está ligado ao lucro, mas sim, ao atendimento das necessidades coletivas.

Coelho (2000, p. 40) torna claro neste ponto, a diferença entre interesse público e coletivo. Os interesses coletivos referem-se a um determinado grupo, enquanto os

interesses públicos necessariamente dizem respeito a toda sociedade. Esses conceitos são importantes para a compreensão da diferença de escopo entre o Governo e o Terceiro Setor. Enquanto o primeiro representa os interesses de toda a sociedade, uma organização do Terceiro Setor pode buscar atender às necessidades de um pequeno grupo, dentro de uma região restrita.

O Terceiro Setor aparece pela primeira vez, na história brasileira, vinculado à Igreja Católica. Na época da Proclamação da República, a Igreja ainda estava muito ligada ao Estado, porém as *Confrarias*, formadas por pessoas religiosas e reconhecidas pela Igreja, realizavam um importante papel filantrópico e de assistência social. Eram organizações voluntárias, que ofereciam serviços como assistência médica e financeira, organizava funerais e oferecia refúgio para mendigos. Essas organizações tinham estatutos que deveriam ser aprovadas pelo governo e pela lei eclesiástica, mantendo, no entanto, a independência de atuação. Exemplos dessas organizações são as Irmandades de Misericórdia, que estabeleceram no Brasil os primeiros hospitais, hospedarias e asilos. Essas organizações eram financiadas, em sua maior parte, por doações de pessoas ricas da sociedade. (Landim *in* Salamon e Anheier, 1997).

Mais recentemente, o Terceiro Setor vem ganhando cada vez mais importância na sociedade, a partir da atuação das chamadas Organizações Não-Governamentais (ONG's). Trata-se de um conceito pouco preciso, porém, amplamente usado na sociedade. Landim (1998, p. 24) afirma que a ONG situa-se justamente num ponto do caminho que vai da caridade pessoalizada à ação pública governamental, não se confundindo com nenhuma das duas.

As origens das ONG's remontam à década de 70, quando surgem como uma forma de congregar os esforços de um grupo de pessoas com ideais comuns, notadamente movimentos sociais ou grupos buscando a transformação social.

3.1.2 – CONCEITUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

Organização Não-Governamental (ONG) não é termo definido em lei, mas uma categoria que vem sendo socialmente construída e usada, para designar um conjunto de entidades com características peculiares, reconhecidas por seus agentes, pelo senso comum ou pela opinião pública. Assim, as organizações do Terceiro Setor, são aquelas que têm objetivos sociais, e não econômicos, sendo orientadas por valores ao invés de lucros. O termo “Terceiro Setor” diferencia as organizações dos setores privado e público. As organizações do Terceiro Setor tratam de problemas sociais, buscando discuti-los ou resolvê-los, ou seja, prestam serviços de caráter público, voltados para o interesse da sociedade (VILANOVA, 2004).

Segundo Fernandes (1997, p. 27),

“(...) o terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas principalmente pela participação voluntária, em um âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (...)”

De acordo com Marcovitch (1997, p.121),

“(...) por desempenhar função de interesse público, espera-se que a organização do Terceiro Setor cultive a transparência quanto ao seu portfólio de projetos e, também, quanto aos resultados obtidos e os recursos alocados. O Diagnóstico *ex-ante* e a avaliação *ex-post* constituem instrumentos determinantes para o êxito e o apoio a ser obtido em iniciativas futuras. Nesse sentido, a preparação de relatórios de avaliação, e a sua disseminação constituem importantes instrumentos de comunicação com a sociedade (...)”.

Percebe-se, nesta fala de Marcovitch, a essência da “*accountability*”. Conforme Nakagawa (1987), *accountability* é a obrigação de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poderes.

Essas entidades são dos mais diversos tipos e realizam variados serviços, sempre voltados para a sociedade, agindo, inclusive, em defesa do meio ambiente.

De acordo com Salamon (1997, p. 101), o Terceiro Setor é, a um só tempo:

- um conjunto de valores que privilegia a iniciativa individual, a auto-expressão, a solidariedade e a ajuda mútua;
- um conjunto de instituições que já representa uma força econômica bem mais considerável do que, em geral, se supõe ...; e
- alvo de toda uma variedade de mitos disfuncionais, distorções ideológicas e interpretações errôneas, que ameaçam seu processo e limitam o papel que pode desempenhar.”

Informa ainda Salamon (1997, p. 106) que um dos maiores desafios das entidades do terceiro setor diz respeito à sua sustentabilidade, principalmente em termos financeiros, posto que muitas dessas organizações foram criadas como esforços pessoais e, à medida que foram crescendo em escala e complexidade, depararam-se com vários problemas de sobrevivência, principalmente, considerando-se que um maior número de organizações tem que competir para obter recursos cada vez mais escassos.

No entanto, a finalidade principal de uma organização sem fins lucrativos não é o desenvolvimento de fundos, mas essa ação administrativa (desenvolvimento de fundos) deve ser considerada, pois dela depende sua sustentabilidade, não podendo, no entanto, seus gestores preocuparem-se, exclusivamente, com a falta de recursos, pois poderia pôr em risco a consecução de seus objetivos sociais.

Diante do tamanho do setor em nosso país e das dificuldades apresentadas, anteriormente, para a sua gestão e, principalmente tendo em vista a cultura que predomina de não se efetuarem doações, por não se ter a dimensão exata do setor, e por não ser verificável por potenciais doadores a forma como os recursos aportados nessas organizações serão utilizados, é que se afirma que a gestão dessas organizações deve estar baseada nas informações preparadas pela contabilidade para que a mesma seja eficaz e sustente sua continuidade. Evidenciar as informações pode ser ponto da maior relevância para a obtenção de recursos.

3.1.3 – ÁREAS DE ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

Salamon (1997, p. 92), ainda com o objetivo de se criar uma classificação e definição comum que permitisse o estudo abrangente do Terceiro Setor, analisaram quais eram as atividades realizadas pelas organizações. A partir deste estudo, propuseram a chamada “*International Classification of Nonprofit Organizations – ICNPO*”, classificando por tipo de atividade as organizações. O quadro abaixo apresenta as 12 áreas de atuação.

QUADRO 1
Classificação das entidades sem fins lucrativos

Grupo 1 - Cultura e Recreação Esportes, arte, museus, zoológicos, recreação, clubes sociais
Grupo 2 - Educação e Pesquisa Escolas e educação superior, treinamento vocacional Pesquisa médica, ciência e tecnologia, estudos de política empresarial
Grupo 3 - Saúde Hospitais, reabilitação, asilos, saúde mental Saúde pública, educação sanitária
Grupo 4 - Serviços Sociais Bem-estar da criança, serviços para jovens, famílias, idosos e deficientes Ajuda de emergência, complementação de rendimentos, assistência material
Grupo 5 - Meio Ambiente Conservação de recursos naturais, controle da poluição Proteção e bem-estar dos animais, vida selvagem e preservação de ambientes rurais
Grupo 6 - Desenvolvimento e Habitação Desenvolvimento econômico, social e comunitário Habitação Emprego e treinamento
Grupo 7 - Lei, Direito e Política Organizações de direito, minorias étnicas, associações civis Serviços legais, prevenção do crime, reabilitação de delinquentes, apoio às vítimas Partidos políticos
Grupo 8 - Intermediários Filantrópicos e Promoção do Voluntariado Grupos econômicos de concessão de recursos, organizações de captação de recursos Organizações de intermediários
Grupo 9 - Atividades Internacionais Programas de intercâmbio, assistência de desenvolvimento, amparo em desastres Direitos humanos e organizações pacifistas
Grupo 10 - Religião Organizações religiosas
Grupo 11 - Associações Profissionais e Sindicatos Organizações de empregados, sindicatos, associações profissionais
Grupo 12 - Não Classificados em Outros Grupos Não classificados em outros grupos

Fonte: Olak e Nascimento (2008), apud HUDSON (1999, p. 237)

Cada uma destas áreas possui características muito diferentes, de tal forma não pode existir forma de avaliação que não leve em conta esse fato.

Szazi (2001), apresenta as formas jurídicas que podem tomar as organizações do Terceiro Setor no Brasil.

- **Associação** – uma pessoa jurídica criada a partir da união de idéia e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa.
- **Sociedade Civil sem Fins Lucrativos** – Da mesma forma que as associações, são pessoas jurídicas formadas a partir da união dos esforços de pessoas em prol de algum objetivo comum.
- **Fundações** – é um conjunto de bens, com um fim determinado, que a lei dá a condição de pessoa.

A grande diferença, portanto, entre as associações, sociedades civis e as fundações é o objeto cerca do qual elas se constituem, e quem é responsável pela elaboração dos objetivos. Para as associações/sociedades civis, trata-se da conjugação de vontades autônomas para chegar ao fim, em outras palavras, o meio são as pessoas e o fim é por elas concebido. No caso das fundações, a conjugação é de bens para alcançar o fim. Nesse caso, o meio são os bens e o fim é concebido pelo instituidor. O patrimônio não é a pessoa jurídica em si, mas o objeto da organização que se instituiu e constituiu.

Outras denominações encontradas no Brasil, como os institutos, não possuem uma forma jurídica prevista em lei. Tratam-se, apenas, de nomenclaturas que se utilizam sem grande diferenciação, para formas jurídicas que, obrigatoriamente, são associação, fundação ou sociedade civil sem fins lucrativos.

A distinção entre as formas jurídicas é importante porque elas possuem obrigações diferentes perante a lei. Por exemplo, as fundações são obrigadas a prestar contas à sociedade de maneira muito mais detalhada do que as associações. Além disso, essas prestações de contas incluem verificar se os objetivos da organização estão

sendo cumpridos, tarefa que exige uma avaliação do resultado social dessas organizações.

3.2 – RESULTADO ECONÔMICO VERSUS RESULTADO SOCIAL

Quando se depara com a palavra “resultado” em uma análise econômico-financeira, o foco volta-se para uma das demonstrações contábeis que é a Demonstração de Resultados do Exercício, conhecida como DRE, a qual mede o resultado de uma empresa com fins lucrativos e, também, sem fins lucrativos.

Em relação ao uso da DRE, nas entidades do terceiro setor, Bettioli Júnior (2005, p. 5) conclui que: “[...] não é adequada para refletir a realidade físico-operacional das instituições sem fins lucrativos, conseqüentemente, dificultando o processo de transparência e prestação de contas à sociedade”.

Em nosso País, a estrutura da DRE é a mesma tanto para entidades com e sem fins lucrativos, tornando, assim, uma análise e avaliação prejudicada para aquelas sem fins lucrativos, visto que o objetivo destas não está ligado, somente, ao desempenho econômico-financeiro, mas também, principalmente, aos benefícios sociais que foram gerados a partir dos recursos captados.

No caso específico das entidades do terceiro setor, Olak e Nascimento (2000) mostram que a contabilidade ainda não consegue explicar alguns fenômenos que ocorrem no patrimônio e nos resultados dessas instituições. Um deles é “[...] a mensuração e o reconhecimento das receitas que, diferentemente do que ocorre nas empresas com fins lucrativos, não guardam proporção direta com o volume de serviços prestados, principalmente, em função do trabalho voluntário e das doações e subvenções recebidas...”.

Segundo Olak e Nascimento (2000), resultado econômico corresponde à variação patrimonial em determinado período e a avaliação do desempenho econômico da entidade pode ser expressa pela diferença entre os valores de seus patrimônios inicial e final.

Para Catelli (2001), “o resultado econômico de uma empresa pode ser entendido como a variação positiva de sua riqueza entre dois momentos. Isto é, refere-se ao incremento de sua riqueza e espelha, portanto, o aumento do seu patrimônio, em determinado período”.

Slomski (2005), define resultado econômico como a “diferença entre a receita econômica e a soma dos custos diretos/variáveis e indiretos identificáveis à entidade pública que a produziu. Neste caso, o conceito de receita econômica é definido pelo mesmo autor como sendo a receita não explícita na prestação de serviços públicos, e sua mensuração decorre da multiplicação do custo de oportunidade que o cidadão desprezou ao utilizar o serviço público, pelos serviços que a entidade tenha efetivamente executado.

No caso específico das entidades sem fins lucrativos, deve-se considerar que a missão da entidade é a prestação de serviços para o desenvolvimento do bem-estar social da coletividade e que se não existisse esse serviço o cidadão buscaria o menor preço de mercado para a contratação dos serviços.

Este custo de oportunidade pode ser conceituado segundo Catelli (2001, p. 389), como sendo “ao valor de determinado recurso em seu melhor uso alternativo. Representa o custo da escolha de uma alternativa em detrimento de outra capaz de proporcionar um maior benefício, ou seja, é o custo da melhor oportunidade a que se renuncia quando da escolha de uma alternativa”.

3.3 – METODOLOGIA SROI - Social Return on Investment

A metodologia SROI apresentada a seguir foi desenvolvida por uma fundação americana, *The Roberts Enterprise Development Fund* (REDF), em 1996, com o objetivo de quantificar o valor econômico e social criado com o investimento em organizações sem fins lucrativos.

Todo o trabalho desenvolvido por esta fundação teve, como princípio básico, a tentativa de responder às seguintes perguntas:

- Como se mede o sucesso dos esforços de uma organização sem fins lucrativos?
- Para cada recurso investido, o que é o benefício resultante aos indivíduos e à sociedade?
- Como o investidor pode estar seguro que o recurso que será investido será maximizado possibilitando a criação de valor?
- Como se pode calcular o retorno social dos investimentos realizados na organização?

De acordo com Araújo *et al* (2005), o sucesso de uma entidade filantrópica poderia ser medido por sua capacidade de arrecadar doações ou pelo tamanho de seu ativo, no entanto, não existe relação direta entre a arrecadação e o valor social gerado. É importante ver a filantropia como um valor econômico adicionado à sociedade como resultado dos investimentos por caridade (doações). Sob esta perspectiva, o benefício gerado para a sociedade por um investimento filantrópico é a medida de sucesso de tal investimento. No entanto, o grande desafio é comparar o valor monetário investido com o valor social gerado, devido à dificuldade de tal valor social ser transformado em unidades monetárias.

O trabalho desenvolvido por REDF teve seu início com a discussão dos conceitos básicos de valor. Criação de valor para organizações sem fins lucrativos foi apresentada como uma ferramenta que deve ser analisada em três perspectivas: social, sócio-econômico e econômico.

Valor econômico é criado através do retorno financeiro sobre um investimento. E quando se cita a expressão retorno financeiro, tem-se que considerar a remuneração do capital investido, ou seja, custo do capital próprio e de terceiros. A expressão criação de valor econômico é muito utilizada nas organizações com fins lucrativos.

Valor social é criado quando a combinação entre recursos, insumos, processos ou políticas estratégicas possibilitam a geração de melhorias na vida dos indivíduos e da sociedade. E quando se trata de organizações sem fins lucrativos, o valor social é a missão e a razão de sua existência. Mas esta mensuração do valor social criado através da gestão dos recursos eficientes é a maior dificuldade dessas entidades, pois a sua missão ou a razão de sua existência está ligada e totalmente dependente do valor humano intrínseco. E desta forma, existem alguns fatores que não podem ser mensurados em valores monetários e que tem total relevância no benefício social gerado.

O valor sócio-econômico está situado entre os valores econômicos e o social, ou seja, a criação do valor sócio-econômico é obtida através da transformação de recursos, insumos e/ou processos em produtos passíveis de venda e pela geração de receitas ou redução de custos para o setor público. Como exemplo, a REDF cita um programa de capacitação de indivíduos inválidos ou sem lar (moradores de rua), que possibilitam a inserção destes indivíduos no mercado de trabalho, e conseqüentemente, a geração de renda e diminuição dos gastos públicos.

Mesmo com a definição dos valores explicitados acima, a REDF parte do princípio que os benefícios auferidos através do investimento social sempre incluirão

impactos sociais que são impossíveis de serem mensurados monetariamente ou de difícil quantificação.

Buscando a identificação do valor criado através dos benefícios passíveis de mensuração, a metodologia *SROI* fundamenta-se, principalmente, na determinação de um grupo de seis indicadores: valor econômico do negócio, valor econômico da causa social, valor da entidade (negócio com causa social), índice de retorno do negócio, índice de retorno da causa social e índice de retorno da entidade. Assim, *SROI* é uma avaliação econômica de organizações sem fins lucrativos, ou seja, é uma forma de avaliar o desempenho, em termos de valor econômico gerado à sociedade por estas organizações, e não tem uma fórmula única, e sim, um conjunto de indicadores que possibilitam, a princípio, a mensuração do retorno social dos investimentos geridos por essas organizações.

Além dos indicadores citados acima, REDF sugere a publicação de relatórios com detalhamento do negócio, sua missão, seus projetos e abordagens do impacto gerado através dos investimentos efetuados, ou seja, através deste relatório é possível demonstrar os itens de difícil mensuração econômica. Este relatório, juntamente com os indicadores e os demonstrativos contábeis, completam-se possibilitando aos usuários e interessados uma visão ampla do negócio, e consequentemente dos benefícios gerados com os recursos investidos.

Para o cálculo dos indicadores citados acima, são utilizados dados e ferramentas tradicionais da contabilidade e de finanças.

De acordo com Araújo *et al* (2005), a metodologia *SROI* transforma a tradicional Demonstração de Resultados do Exercício em *The True Cost Accounting Analysis* (TCAA), ou seja, análise do verdadeiro custo. A diferença é que esta última divide o resultado em atividade econômica e atividade social, considerando o suporte ou subsídio conseguido como receita da atividade social. Assim, existe um resultado operacional sem receitas ou custos sociais e um resultado completo com o subsídio e os custos sociais. É importante observar que tal adaptação é válida para as

entidades que possuem receitas operacionais não provenientes do serviço social, fim da sua atividade.

No universo das organizações sem fins lucrativos pode-se identificar aquelas que tenham apenas atividade social, ou outras que tenham tanto atividade social quanto econômica.

Outra ferramenta utilizada é o fluxo de caixa livre descontado. Uma das formas de avaliar uma empresa é através de seu excedente de caixa, ou seja, do fluxo de caixa livre esperado para um determinado intervalo de tempo trazido a valor presente. A maior parte dos modelos propostos para avaliação de empresas, essencialmente, é baseada em valores de fluxo de caixa ou no conceito de lucro econômico.

Alguns autores defendem fortemente o uso do fluxo de caixa descontado, outros preferem os modelos baseados no lucro econômico, como o EVA (Economic Value Added). A REDF adota o modelo de fluxo de caixa descontado afirmando: “valor é baseado em caixa, preferivelmente a lucro, porque só o caixa pode ser reinvestido no negócio ou devolvido aos acionistas.”

Assim, o fluxo de caixa descontado é um processo pelo qual um fluxo de caixa projetado para períodos futuros é descontado por uma taxa apropriada. Logo, o valor do negócio depende do fluxo em si projetado e da taxa de desconto, que por sua vez, depende do custo de oportunidade do capital e do risco associado ao negócio, predominantemente. Na metodologia SROI, esta ferramenta será utilizada, tanto no cálculo do valor do negócio quanto no valor da causa social. Podendo a taxa de desconto ser a mesma ou diferente para cada cálculo.

De acordo com os dados publicados por REDF e o artigo publicado por Araújo *et al* (2005), artigo este que é referência sobre o assunto em nosso país, os seis indicadores que possibilitam a identificação do valor criado pelo investimento social são descritos da seguinte forma:

O primeiro valor a ser calculado é o valor do negócio. Conforme já foi exposto, a REDF aconselha o uso do fluxo de caixa livre descontado para cálculo do valor do negócio. A metodologia *SROI* propõe a previsão de dez anos de fluxo de caixa livre. Para tanto, seria necessária a projeção de receitas e despesas, bem como investimentos em ativos permanentes e capital de giro, para este prazo estipulado.

A projeção destes valores pode ser subjetiva se analisado o fato do crescimento ou variação dos valores serem escolhidos, e no universo de 10 anos muitas vezes esses valores podem ser mensurados com um alto grau de distorção. Desta forma, ARAÚJO (2005) seguindo a defesa de alguns autores, propôs uma alteração na metodologia, alterando o fluxo de caixa descontado para o lucro econômico ou MVA (*Market Value Added*), e conseqüentemente, calcular o valor do negócio.

Esta modificação utilizada por Araújo *et al* (2005) pode ser considerada apta e aplicável diante da abordagem de Ehrbar (1998) que compara o fluxo de caixa desconto com o EVA.

“...A abordagem do EVA é matematicamente idêntica à do fluxo de caixa descontado, mas a dinâmica da decisão, à qual dá margem, é radicalmente diferente. Sob o EVA, o procedimento para a avaliação de um projeto é prever o EVA que será gerado a cada ano e descontar isto a valor presente. Como o EVA já inclui o encargo sobre capital e para depreciação, não há necessidade de subtrair o investimento inicial dos EVAs futuros descontados. O resultado é exatamente o mesmo – até o último centavo – que o VPL resultante da utilização de fluxos de caixa descontados. (EHRBAR, 1998, p. 113) ...”

Assim, o cálculo do valor do negócio dar-se-á utilizando o MVA, definido como o EVA descontado pelo custo médio ponderado de capital (CMPC) que por sua vez representa a soma do custo de capital próprio com o custo de capital de terceiros, ponderados pela estrutura de capital.

$$MVA = \frac{EVA}{CMPC}$$

De acordo com Araújo *et al* (2005), este índice representa o valor da empresa deduzido do montante necessário para repor todos os seus ativos. Aqui, reflete-se o valor futuro da empresa, ou ainda, uma expectativa do mercado para os retornos a serem oferecidos por ela, conceito amparado pelo princípio contábil da continuidade, ou seja, pressupõe-se que o empreendimento estará funcionando nos próximos exercícios. Assim, o valor do negócio será o MVA acrescido do investimento (capital oneroso total à disposição da empresa).

Para cálculo do valor do negócio a fórmula do MVA citada acima pode ser adaptada e tem-se:

$$\text{Valor do Negócio} = \frac{LOP}{CMPC}$$

onde, LOP é o lucro operacional ajustado para cálculo do EVA, ou seja, lucro operacional contábil sem os efeitos de despesas financeiras, ou ainda, é o resultado operacional de uma empresa, independente da forma como ela está financiada. O cálculo do EVA exige algumas adaptações nos demonstrativos de resultados, procurando, entre outras medidas, evidenciar sua parte operacional legítima, a segmentação do Imposto de Renda sobre os resultados da atividade e os benefícios fiscais provenientes do uso de capital de terceiros.

Portanto, diante da adaptação proposta por Araújo *et al* (2005) e que será utilizada neste trabalho, o valor do negócio será a divisão entre o lucro operacional ajustado sem as despesas financeiras dividido pelo custo médio ponderado do capital. O LOP pode ser calculado através das informações constantes na Demonstração de *Déficit* ou *Superávit* do Exercício publicada pelas organizações sem fins lucrativos.

Para obter-se o custo médio ponderado do capital (CMPC) tem-se que conhecer a estrutura de capital da empresa, o custo do capital de terceiros e o custo de

oportunidade do capital próprio. O primeiro pode ser até simples a sua identificação, pois consegue-se através de uma análise do Balanço Patrimonial e Notas Explicativas. O segundo, através dos contratos de empréstimos. O terceiro torna o trabalho um pouco mais difícil de identificação, pois nas organizações sem fins lucrativos o Patrimônio Social, que se iguala ao Patrimônio Líquido nas organizações lucrativas, é formado pelo Fundo Patrimonial que é composto pelas doações e investimentos em ativo permanente somado aos resultados obtidos na operação da empresa, que corresponde à conta de Superávit ou Déficit Acumulado.

Logo, o capital próprio é oriundo de doações mais resultado da própria operação. Mesmo não havendo distribuição dos resultados, pode-se afirmar que existe o custo de oportunidade do capital próprio, devido há necessidade de atrair investidores para organização. Ou seja, existe um custo de captação de recursos de doação.

Desta forma, como se pode calcular o Custo Médio Ponderado do Capital em uma organização sem fins lucrativos?

De acordo com Araújo *et al* (2005), baseado no conceito de custo de oportunidade são propostas três alternativas, sendo a terceira a utilizada por REDF para desconto do fluxo de caixa projetado. A primeira é utilizar o custo do capital de terceiros, visto que, caso não haja doações, a empresa terá que recorrer a este capital para sustentar suas operações. A segunda é usar o maior retorno do investimento (ROI) das empresas “concorrentes” por este tipo de recurso, ou seja, usar a melhor rentabilidade das organizações de terceiro setor que concorrem por doações. Neste caso, também devem ser considerados os benefícios oferecidos ao doador de recursos, como o benefício fiscal, já que o imposto de renda permite a dedução do gasto em casos e em instituições específicas. Por fim, a terceira é calcular o capital próprio pelo modelo “*Capital Asset Pricing Model*” (CAPM), como é feito para as empresas lucrativas. A REDF chegou a desenvolver estudos neste sentido, inclusive com a tentativa de desenvolvimento de um fator de risco denominado Beta (β) para determinada categoria de organizações filantrópicas.

Definido o cálculo do valor do negócio e voltando à metodologia SROI, deve-se calcular o segundo indicador, o valor da causa social. Assim, como no cálculo do valor do negócio, a REDF propõe que o valor da causa social seja baseado em seus fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente. O esforço para calcular o valor da causa social é tentar capturar o benefício gerado na vida dos indivíduos e na comunidade em que eles vivem. De acordo com REDF e Araújo *et al* (2005), o fluxo de caixa da causa social é calculado com base em quatro elementos: o número projetado de pessoas atendidas, a redução de custo média para o governo por pessoa, a média de aumento na receita do governo (IR, por exemplo) por pessoa, e os gastos operacionais com a causa social projetados da empresa. O fluxo de caixa não é necessariamente o valor monetário real, mas é uma boa aproximação do valor adicionado para o estado pelo trabalho desenvolvido pela entidade.

Os quatro elementos acima devem ser projetados para dez anos como o fluxo de caixa do valor da empresa. O segundo elemento, redução dos gastos públicos, é um dos maiores desafios desta etapa, ou até de toda a metodologia SROI. Para fazer tal previsão, é preciso analisar todos os impactos da causa social na comunidade e verificar quais deles acarretam economias para o governo e podem ser traduzidos em valores monetários. Vale ressaltar, e este é um ponto muito destacado pela REDF, que diversos impactos não podem ser computados no cálculo da causa social, daí a idéia do Relatório SROI cujo objetivo é a evidenciação dos benefícios de forma qualitativa.

No caso aplicado pela REDF, cujo trabalho tinha como foco o aumento da empregabilidade das pessoas, foram aplicados quatro questionários, um a cada seis meses, às pessoas beneficiadas pela causa para avaliar seu avanço, ou seja, sua evolução pessoal e profissional. Com isso, foi possível a identificação dos custos reduzidos para o Estado, principalmente, nos programas de bolsa alimentação, nas clínicas comunitárias e pronto-socorros, nos programas de tratamento a drogados, e nos programas de auxílio judicial gratuito.

Depois de calculados os quatro elementos, eles devem ser compilados para formar o fluxo de caixa da causa social. A REDF usou a taxa dos títulos públicos do município onde atua para descontar o fluxo de caixa. No caso do Brasil, Araújo *et al* (2005) propõe a alternativa de usar a taxa de um título público americano acrescido do Risco Brasil. Em verdade, a REDF coloca a definição desta taxa de desconto como um dos desafios no cálculo do valor da causa social.

É importante verificar que cada entidade ou cada causa social tem sua taxa de desconto, pois o interesse pelo investimento pode ter diversas razões: a própria causa, a idoneidade da entidade, o abatimento como despesa no imposto de renda, a divulgação de uma marca associada a causas sociais (marketing), entre outros. E isto dificulta ainda mais a definição de uma taxa de desconto.

Outra dificuldade encontrada na determinação do valor da causa social é determinar quais as informações, realmente, relevantes. A grande quantidade de informações passíveis de análise pode levar ao uso de dados não relevantes. A REDF fez uma série de grupos de discussão com entidades relacionadas para levantar os maiores impactos da sua causa social na sociedade. Alguns impactos são pertinentes a diversas causas sociais, como a mudança no uso do serviço social e no uso do suporte e assistência pública.

Por fim, para terminar a primeira etapa, deve ser calculado o valor da entidade ou valor do conjunto. Este indicador representa o valor que a entidade sem fins lucrativos em análise tem, para a sociedade. Para calculá-lo deve-se somar o valor do negócio com o valor da causa social e subtrair as dívidas de longo prazo existentes na entidade. Fazendo uma analogia com as empresas lucrativas, está sendo mensurado, aqui, o tamanho do patrimônio líquido, ou capital dos sócios, a valor de mercado.

Após a descrição do valor do negócio, da causa social e o da entidade ou conjunto, a tabela abaixo demonstra uma visão geral desses indicadores que podem ser considerados como a primeira etapa desta metodologia.

Diante do que foi mencionado anteriormente, pode-se fazer uma sumarização dos indicadores da primeira etapa conforme quadro abaixo:

TABELA 1
Medidas de Valor da Metodologia SROI

MEDIDAS DE VALOR		
TIPO DE VALOR CRIADO	MEDIDA	DEFINIÇÃO
Econômico	Valor do Negócio	Valor presente dos excedentes de caixa gerados pela atividade de negócio da entidade (exclui os custos pela causa social e os subsídios e doações).
Sócial	Valor da Causa Social	Valor presente da receita adicional e da redução de custos para o governo, gerados pela atividade social reduzidos dos custos desta atividade.
Sócio-Econômico	Valor do Conjunto	Valor do Negócio + Valor da Causa Social – Dívida de Longo Prazo.

Fonte: REDF, 2001 apud ARAÚJO *et al*, 2005 (com adaptações)

A segunda etapa do cálculo dos indicadores é apurar os índices de retorno. Essas três medidas comparam o valor gerado com o investimento requerido para gerá-lo. O valor do investimento é um só para os três índices e será calculado com base em valores históricos. A REDF considera como investimento todo o recurso aplicado antes do período de projeção nos fluxos de caixa trazidos a valor presente (desde o surgimento da entidade). A taxa de desconto do investimento (T) sugerida é uma média das taxas usadas no cálculo do valor do negócio e no cálculo do valor da causa social ponderada pela participação de cada valor no valor da entidade.

O resumo dos indicadores apurados na segunda etapa pode ser visualizado na tabela abaixo:

TABELA 2
Fórmulas dos Índices de Retorno da Metodologia SROI

Índices de Retorno	
Índice de Retorno do Negócio	$\text{Valor do Negócio} / \text{Valor Presente do Investimento}$
Índice de Retorno da Causa Social	$\text{Valor da Causa Social} / \text{Valor Presente do Investimento}$
Índice de Retorno da Entidade	$\text{Valor da Entidade} / \text{Valor Presente do Investimento}$

Fonte: REDF, 2001 apud ARAÚJO *et al*, 2005

Os três índices apresentados na tabela acima permitem identificar o percentual (%) de retorno de cada valor, ou seja, do negócio, social e da entidade em relação ao investimento social da organização.

4 – HISTÓRICO DAS ORGANIZAÇÕES OBJETO DESTA PESQUISA

4.1 – FUNDAÇÃO MÁRIO PENNA

A Fundação Mário Penna é uma instituição de caráter filantrópico, tendo como vocação o atendimento a pacientes oncológicos através do Sistema Único de Saúde (SUS), convênios diversos e particulares

Sua missão é promover a saúde através da assistência, do ensino e da pesquisa, com ênfase em Oncologia, visando à melhoria da qualidade de vida com responsabilidade social e filantrópica.

É uma grande obra social, que realiza há 36 anos procedimentos médico-hospitalares, entre consultas, internações, cirurgias, exames complementares e tratamentos como quimioterapia e radioterapia. Foi a primeira entidade oncológica de Minas Gerais a ser cadastrada no Ministério da Saúde com a classificação de Centro de Alta Complexidade em Oncologia (CACON), reconhecimento pelo avançado estágio de atendimento prestado, ao trabalho do corpo clínico e dos demais profissionais de saúde, bem como ao grau de excelência dos recursos terapêuticos dos seus hospitais. As unidades físicas da instituição são compostas pela Administração Central, Hospital Luxemburgo, Hospital Mário Penna e Casa de Apoio Beatriz Ferraz, todas em Belo Horizonte/MG.

Hospital Luxemburgo

O Luxemburgo é um hospital geral, com foco em oncologia, atendendo pacientes do SUS, convênios e particulares. Nele são realizadas, especialmente, as intervenções e procedimentos médicos de alta complexidade.

Inaugurado em 1986, possui, atualmente, 196 leitos (sendo 94 destinados aos pacientes do SUS), seis salas de cirurgia, dispondo de serviços e equipamentos de última geração. Em 2006 prestou 581.837 atendimentos, sendo 311.992 (54%) a

pacientes do SUS e/ou gratuitos, incluindo 126.991 aplicações de radioterapia e 10.902 sessões de quimioterapia.

Hospital Mário Penna

Instalado num edifício funcional, inaugurado em maio/2000 e construído conforme o que há de mais moderno em engenharia hospitalar, o Hospital Mário Penna é um centro especializado no atendimento aos pacientes oncológicos do SUS. Dispõe, atualmente, de 60 leitos de internação, três salas de cirurgia e amplo ambulatório, enfermarias, farmácia, serviço de radiologia, completo laboratório de análises clínicas e uma unidade de cuidados intermediários.

No ano de 2006, prestou-se 147.565 atendimentos, exclusivamente a pacientes do SUS, dentre eles 11.169 sessões de quimioterapia.

Casa de Apoio Beatriz Ferraz

O objetivo maior da Casa de Apoio, composta pelos Lares Célia Janotti e Januário Carneiro, é a hospedagem de pacientes vindos do interior de Minas Gerais e de outros estados, em tratamento hospitalar ambulatorial, principalmente em radioterapia e quimioterapia.

Está localizada no bairro Santa Tereza, em um edifício de 685 m² de área construída, adquirido pela Fundação em 2006, com o apoio da presidenta da Associação das Voluntárias do Hospital Mário Penna, Beatriz Ferraz.

Em 2006 proporcionou 12.154 hospedagens, além de alimentação, medicamentos, atendimentos psicológicos, terapia ocupacional, serviços de enfermagem, transporte e outros atendimentos, totalizando 65.161 no ano.

O Lar Célia Janotti abriga pacientes que vêm do interior e até de outros estados, oferecendo acomodações, assistência de enfermagem, alimentação, medicação e

transporte para tratamento nas unidades hospitalares. Várias atividades são desenvolvidas, como visitas da Pastoral da Saúde, celebração de missas, oficinas de trabalhos artesanais, bingo, comemoração de feriados e datas especiais, reuniões festivas e com as voluntárias, sempre buscando levar conforto, fé e esperança a todos. O Lar dispõe de 34 leitos de hospedagem.

Por sua vez, o Lar Januário Carneiro, proporciona às crianças e jovens de zero a 17 anos, um atendimento personalizado, em clima de carinho familiar e ambiente saudável para a prática das mais variadas atividades de recreação. Os pacientes recebem assistência médica incluindo suporte clínico-hospitalar, ajuda psicológica, pedagógica, terapia ocupacional e nutricional. Aos acompanhantes (cada hóspede tem, no mesmo quarto, a companhia de pai, mãe ou outro parente) é dada orientação contínua sobre as diversas fases do tratamento realizado. O Lar possui 20 leitos.

4.2 – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE

Logo após a fundação de Belo Horizonte, começaram a surgir problemas inerentes a uma cidade recém-inaugurada, como a necessidade de oferecer assistência à saúde dos menos favorecidos. O poder público, assoberbado com os gastos para a implantação da cidade, não tinha como construir um hospital. Sensibilizados por essa causa, um grupo de 46 personalidades da Capital mineira reuniu-se, em 25 de junho de 1898, para formalizar a criação da Sociedade Humanitária da Cidade de Minas e aprovar seu estatuto. A Sociedade passou a chamar-se Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, em 21 de maio de 1989.

A Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte é uma Associação, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, reconhecida de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 47.778/60, e tem por objetivo principal a manutenção de hospitais, onde prepondera o tratamento de enfermos reconhecidamente carentes, sobretudo os custeados pelo SUS e através de convênios, e é certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social, antiga Entidade de Fins Filantrópicos.

Em 2007, cerca de 80% dos seus 957 leitos ativos foram disponibilizados para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde. O Grupo Santa Casa é hoje um dos maiores prestadores de serviços do SUS no País, rumo a tornar-se o melhor. Atende toda a demanda referenciada pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, com excelência na qualidade dos serviços e do atendimento, e das 1.800 internações, em média, realizadas ao mês, 40% são originadas de outros municípios. Atuando como referência para alta complexidade em cardiologia, oncologia, nefrologia, oftalmologia, ortopedia, neurologia e neurocirurgia e obesidade mórbida, a Santa Casa é credenciada, também, para a realização de transplantes de órgãos e tecidos. Faz parte do grupo de Hospitais de Ensino e tem participação direta na formação de profissionais de Saúde na área de estágio e residência médica.

Integram o Grupo Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte as seguintes unidades: Hospital Central Emygdio Germano (Santa Casa), Maternidade Hilda Brandão, Hospital São Lucas, Ambulatório Pediátrico Santa Casinha, Ambulatório Mello Alvarenga, Creche João Paulo II, Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa, Escola de Enfermagem João Paulo II, Funerária Santa Casa, Santa Vida - Plano Funerário, IGAP - Instituto Geriátrico Afonso Pena e CEM - Centro de Especialidades Médicas Dario Faria Tavares.

Hospital Central Emygdio Germano (Santa Casa)

Maior núcleo de prestação de serviços assistenciais de Minas Gerais, o Hospital Emygdio Germano, também conhecido como Hospital Central, atende a pacientes da rede pública de saúde (SUS) e da rede privada (convênios e particulares), oferecendo excelência nos serviços e na assistência prestados à saúde de toda a população. O Hospital, que ocupa uma área física de 32.000 m², é dotado de 850 leitos, sendo que 91% são destinados ao SUS.

O Hospital é composto pela Maternidade Hilda Brandão, dois Centros de Tratamento Intensivo (Adulto e Infantil), Centro Cirúrgico, Centro de Diagnóstico e Tratamento, Clínica de Olhos, Centro de Nefrologia, Centro de Quimioterapia, Radioterapia, Laboratório de Análises Clínicas e atende a diversas especialidades médicas, dentre elas, Clínicas, Cirúrgicas e Pediátrica.

Maternidade Hilda Brandão

A Maternidade Hilda Brandão, a primeira de Belo Horizonte, é símbolo de modernidade e referência em parto humanizado e atendimento às gestantes de alto risco. Realiza, em média, 300 partos por mês e disponibiliza 31 leitos para internação no Berçário de Alto Risco e Unidade Neonatal. Há 11 anos ministra o Curso para Gestantes, realizado a cada 3 meses. Em 2007, 80 pessoas participaram das aulas, que têm como objetivo preparar e orientar o casal sobre os cuidados com o bebê, desde a gestação até após o nascimento. O curso é aberto ao público e gratuito, garantindo acessibilidade a todos os pais que desejam ter mais conhecimento e orientações sobre essa fase singular na vida do casal.

Hospital São Lucas

O Hospital São Lucas, tradicional em Belo Horizonte pela sua excelência em serviços e atendimento médico-hospitalar, disponibiliza 107 leitos a pacientes de convênios e particulares. Dotado de um corpo clínico experiente e renomado, o São Lucas possui infra-estrutura completa com excelentes acomodações, Pronto Atendimento, Centro Cirúrgico, CTI e a Clínica São Lucas.

Em 2007, o Hospital passou por uma grande reestruturação. Inaugurou um novo CTI, que após obras de ampliação, passou a disponibilizar de 9 para 20 leitos, com mobiliário confortável e boxes individualizados, além de moderno sistema de monitoração dos pacientes. O CTI dispõe de renomada equipe multidisciplinar de intensivistas e de todo o aporte tecnológico necessário a oferecer o melhor tratamento intensivo de Minas Gerais.

Com o objetivo de proporcionar maior resolubilidade dos serviços prestados aos seus pacientes, o Hospital São Lucas firmou parceria com o IMRAD - Instituto Mineiro de Radiodiagnóstico, para oferecer aos seus pacientes todo o suporte tecnológico de que necessitam em exames e diagnósticos. Com a instalação da Unidade IMRAD São Lucas, os pacientes contam com maior comodidade para a realização de exames de ressonância magnética e tomografia computadorizada.

Serviço Funerário da Santa Casa

Há mais de 100 anos, as atividades da Funerária da Santa Casa seguem seus propósitos sociais e humanos, prestando atendimento e serviços de ótima qualidade e credibilidade a toda a população de Belo Horizonte. Os recursos gerados na prestação deste serviço propiciam a realização de outros, como o sepultamento gratuito de pessoas carentes e indigentes.

O Serviço Funerário da Santa Casa vem aprimorando cada vez mais as suas técnicas, modernizando os processos de gestão, baseados no programa de qualidade total, garantindo melhores resultados. Disponibiliza estacionamento próprio, câmaras de segurança, necrotério, salas de tanatopraxia, tanatopraxia avançada e de ornamentação. Possui, também, salas de pré-velório e serviço de transporte.

5 – APLICAÇÃO MODELO SROI NAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Será utilizado o mesmo procedimento de apresentação da metodologia, ou seja, primeira etapa será o cálculo do valor do negócio, valor da causa social e o valor da entidade (conjunto). A segunda etapa será o cálculo dos indicadores: Índice de Retorno do Negócio, Índice de Retorno da Causa Social e Índice de Retorno da Entidade

5.1 – FUNDAÇÃO MARIO PENNA

5.1.1 – Cálculo do Valor do Negócio

O cálculo do valor do negócio pode ser apurado a partir das informações constantes na Demonstração de Déficit ou Superávit do Exercício, sendo que esta deve ser segregada em atividade econômica e atividade social.

A partir das informações constantes na Demonstração de Déficit ou Superávit do Exercício, Balanço Social e nas notas explicativas apresentadas pela entidade, não foi possível identificar de forma direta esta segregação. Para atingir tal propósito, essencial para este cálculo, foi necessária uma leitura completa e apurada de todos estes documentos, na tentativa de encontrar subsídios que facilitem essa segregação.

Analisando as rubricas de receitas apresentadas na Demonstração de Déficit ou Superávit do Exercício, foi possível segregá-las da seguinte forma:

TABELA 3**Classificação Receita Fundação Mário Penna em Atividade Econômica e Social**

RECEITAS OPERACIONAIS	ATIVIDADE	
	ECONÔMICA	SOCIAL
Pacientes do SUS	X	
Pacientes de Outros Convênios	X	
Pacientes Particulares	X	
Doações - Telemarketing		X
Subvenções/Doações		X
Receitas Financeiras	X	
Reversão de Provisões		X
Outras Receitas		X

Portanto, as receitas auferidas através de atividades de prestação de serviços e administração de recursos foram consideradas como atividade econômica. As doações recebidas durante o período têm natureza social, e optou-se por classificar a reversão de provisões e outras receitas como atividade social devido a não identificação nas notas explicativas de esclarecimentos da origem destes valores, possivelmente pelo fato da somatória dos valores destas rubricas representarem 1,90% do total do grupo.

Das contas apresentadas como despesas operacionais a segregação não foi efetuada analisando conta a conta. A segregação em atividade social obedeceu ao critério de valores gastos com atividades gratuitas apresentados no Balanço Social, conforme tabela a seguir, e os valores constantes da conta de despesas com Telemarketing (serviços/comissão).

TABELA 4
Custo dos Benefícios Gratuitos Fundação Mário Penna

BENEFÍCIOS	CUSTO EM 2006 valores em R\$
Medicamento quimioterápico IMATINIB para tratamento de leucemia mielóide	104.032
Cateter para aplicação de medicamentos quimioterápicos	12.012
Materiais cirúrgicos utilizados em cirurgias urológicas com técnicas menos invasivas	13.912
Solução analgésica de codeína, doada a pacientes oncológicos (4.932 frascos)	34.524
Solução analgésica de morfina, doada a pacientes oncológicos (5.028 frascos)	40.224
Fornecimento de nutrição parenteral aos pacientes oncológicos	70.614
Fornecimento de equipamentos de bomba para nutrição parenteral de pacientes oncológicos	14.840
Atendimentos gratuitos, sem cobertura pelo SUS (97 consultas e 1866 exames complementares)	116.536
Despesas da Casa de Apoio, onde ficam hospedados pacientes em tratamento oncológico ambulatorial (12.154 hospedagens)	465.084
Refeições servidas a acompanhantes de pacientes do SUS no Hospital Luxemburgo (17.770 refeições)	69.686
Exames de pacientes do SUS realizados em clínicas externas, principalmente ressonância magnética (43 exames)	22.345
Diárias de CTI de pacientes do SUS superiores ao contratado (100 diárias)	62.715
Total	1.026.524

Fonte: Fundação Mario Penna – Balanço Social

A tabela a seguir apresenta a demonstração de déficit ou superávit do exercício segregada em atividade econômica e social, de acordo com os critérios de segregação apresentados anteriormente.

TABELA 5
Demonstração Superávit / Déficit do Exercício Fundação Mário Penna
segregada em atividade Econômica e Social

	ATIVIDADE	
	ECONÔMICA	SOCIAL
RECEITAS OPERACIONAIS		
Pacientes do SUS	14.166.782	
Pacientes de Outros Convênios	25.347.473	
Pacientes Particulares	1.222.055	
Doações - Telemarketing		20.980.927
Subvenções/Doações		1.671.804
Receitas Financeiras	1.883.933	
Reversão de Provisões		692.873
Descontos Obtidos - Financiamentos	0	
Outras Receitas		576.404
	42.620.243	23.922.008
DESPESAS OPERACIONAIS		
	-56.790.912	-5.291.105
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	-14.170.669	18.630.903

Portanto, do montante apresentado como custos e despesas operacionais que foi de R\$62.082.017 (sessenta e dois milhões, oitenta e dois mil e dezessete reais), foi considerado como atividade social o valor de R\$5.291.105 (cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, cento e cinco reais) que é composto pelo custo dos serviços ofertados de forma gratuita R\$1.026.524 (hum milhão, vinte e seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais) mais as despesas de Telemarketing (serviços/comissão) R\$4.264.581 (quatro milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais). Conseqüentemente, os custos e despesas relativas às atividades econômicas somaram –se à quantia de R\$56.790.912 (cinquenta e seis milhões, setecentos e noventa mil, novecentos e doze reais).

O cálculo do valor do negócio leva em consideração o lucro operacional apresentado pela atividade econômica dividido pelo custo médio ponderado do capital.

O lucro operacional deve ser ajustado para cálculo do EVA, desta forma do montante apurado como resultado da atividade econômica, déficit de R\$14.170.699, deve ser subtraído as despesas financeiras que foram de R\$2.545.611, totalizando

um déficit operacional ajustado de R\$11.625.058 (onze milhões, seiscentos e vinte e cinco mil e cinqüenta e oito reais).

O custo médio ponderado do capital ou taxa de desconto a ser utilizada nesta pesquisa será baseada no critério utilizado por Araújo *et al* (2005), que diante da ausência de informações estruturadas das diversas instituições, o pouco conhecimento científico quanto ao risco de investimento nas organizações sem fins lucrativos, a alternativa mais viável é a utilização da taxa de juros livre de risco no Brasil (SELIC) em dezembro/2006 líquida de impostos e efeito inflacionário. A Taxa Selic para o período de 30/11/2006 à 24/01/2007 é de 13,25%, conforme consulta ao site do Banco Central. Para chegarmos à Taxa SELIC líquida consideramos uma alíquota de imposto de renda de 15%, uma alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido de 9% e uma inflação projetada de 4,5% a.a.. Desta forma, o custo médio ponderado do capital será de 5,33% a.a.

De acordo com os valores apresentados, o valor do negócio no ano de 2006 foi negativo, ou seja, a entidade precisa das doações para prestar serviços à sociedade. A receita com sua atividade econômica não possibilita a manutenção dos custos e despesas necessárias para o atendimento tanto pelo SUS quanto convênio e particulares. E analisando de acordo com o conceito de criação de valor, identifica-se que a organização, diante da gestão dos recursos econômicos, destruiu valor no período analisado.

TABELA 6

Cálculo Valor do Negócio Fundação Mário Penna

Cálculo do Valor do Negócio	
Superávit / Déficit atividade Econômica	(14.170.669)
(-) Despesas Financeiras	(2.545.611)
Superávit / Déficit Ajustado	(11.625.058)
Taxa de Desconto (SELIC)	5,33%
Valor do Negócio	(218.100.280)

5.1.2 – Cálculo do Valor da Causa Social

Na metodologia apresentada por REDF, o cálculo do valor social baseia-se na projeção do fluxo de caixa da causa social para os próximos 10 anos. Diante da dificuldade em projetar estes valores, devido, principalmente aos números a serem considerados na projeção dos atendimentos, neste trabalho será utilizada a adaptação efetuada por Araújo *et al* (2005). Esta adaptação utiliza os valores do passado, ou seja, para se chegar aos valores da gratuidade oferecida à sociedade, será utilizado os valores realizados no exercício de 2006 e não a projeção futura do que se espera de realização de gratuidade nos próximos 10 anos.

O cálculo do valor da causa social fundamenta-se nos serviços oferecidos de forma gratuita à sociedade, seja ele custeado pelo Estado, ou até mesmo, pela organização sem fins lucrativos sem nenhum repasse pelo Estado.

Diante das informações publicadas pela entidade, há um alto custo para a manutenção e cumprimento do seu papel na sociedade e fazer jus aos benefícios que lhe são concedidos como entidade sem fins lucrativos.

Para a Fundação Mário Penna, o termo gratuidade é entendido como a diferença entre o custo de qualquer procedimento médico-hospitalar e o valor realmente recebido pelo SUS pelo prestador de serviços. Além desta diferença, também é computado como gratuidade na Fundação as despesas com manutenção completa de 60 leitos na Casa de Apoio Beatriz Ferraz para abrigar adultos, adolescentes e crianças e seus acompanhantes em tratamento oncológico, compreendendo hospedagem, alimentação, transporte da Casa para os Hospitais, medicamentos, material de higiene, vestuário, lazer, apoio psicológico, social, religioso, entre outros. Também estão incluídos o fornecimento de drogas como morfina e codeína doadas a pacientes oncológicos, além de diversos outros tipos de medicamentos e materiais, nutrição parenteral e exames, fornecimento de refeições a acompanhantes de pacientes do SUS internados e vale-transportes para pacientes

carentes deslocarem-se até os hospitais da Fundação e receberem atendimentos e tratamentos.

Em 2006, o montante dessa gratuidade ou investimento social foi de R\$13.112.334 (treze milhões, cento e doze mil, trezentos e trinta e quatro reais), conforme matéria publicada pela instituição.

Esse, portanto, é o resultado da prestação de serviços sociais executados pela fundação no ano de 2006, que dividido pela taxa de desconto (taxa Selic líquida) que foi de 5,33%, fornece o valor da causa social.

TABELA 7

Cálculo do Valor da Causa Social Fundação Mário Penna

Cálculo do Valor da Causa Social	
Resultado da Prestação de Serviços Sociais	13.112.334
Taxa de Desconto (SELIC)	5,33%
Valor da Causa Social	246.003.394

5.1.3 – Cálculo do Valor da Entidade

Após a demonstração do cálculo do valor do negócio e do valor da causa social, chega-se ao cálculo do valor da entidade, que conforme definido, anteriormente, é a soma dos cálculos do valor do negócio mais o valor da causa social adicionada às dívidas de longo prazo apresentadas pela entidade em seu Balanço Patrimonial, que se encontra nos anexos.

De acordo com as notas explicativas apresentadas pela entidade, as dívidas de longo prazo são compostas da seguinte forma:

TABELA 8
Dívidas de Longo Prazo Fundação Mário Penna

Dívidas de Longo Prazo	Valores em 2006
Financiamentos	11.738.071
ABN Amro Real	669.500
BNDES	11.068.571
Parcelamento - INSS	314.193
Total Dívidas de Longo Prazo	12.052.264

Fonte: Notas Explicativas Fundação Mário Penna

Desta forma, o valor da entidade está demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 9
Cálculo do Valor da Entidade Fundação Mário Penna

Cálculo do Valor da Entidade	
Valor do Negócio	(218.100.280)
Valor da Causa Social	246.003.394
Dívidas de Longo Prazo	(12.052.264)
Valor da Entidade	15.850.849

Portanto, este valor representa o conjunto entre a criação de valor da sua atividade econômica, da sua causa social e os recursos captados ao longo prazo para financiamento dos seus investimentos, ou até mesmo do seu negócio. E devido ao valor da causa social ser calculado levando em consideração as gratuidades oferecidas à sociedade, o valor negativo do negócio e a necessidade da organização de investir em infra-estrutura e manutenção dos serviços, é necessária a busca de recursos de terceiros, que financiem este déficit ou insuficiência de recursos. E, neste conjunto, identificamos que a Fundação Mário Penna tem um valor positivo da sua atividade global ou como um todo.

5.1.4 – Cálculo dos Índices de Retorno

A segunda etapa da metodologia *SROI* é o cálculo dos índices de retorno. Conforme citado anteriormente, calcular-se-á o índice de retorno do negócio, da causa social e da entidade.

Para o cálculo dos índices de retorno neste trabalho, será utilizada a adaptação proposta por ARAÚJO (2005), ou seja, o valor considerado de investimento será o valor do patrimônio social apresentado por esta entidade em 31/12/2006. A mudança é que pela metodologia proposta por REDF o valor do investimento leva em consideração o valor de todo o investimento já efetuado na entidade a valor presente. Na impossibilidade da apuração deste valor, optou-se por esse ajuste, levando em consideração que o valor apresentado como patrimônio social é composto pelas doações e subvenções efetuadas e incorporadas ao patrimônio da organização e os resultados da administração dos recursos.

O valor do patrimônio social apresentado no Balanço Patrimonial anexo é de R\$25.046.697, portanto, os índices de retorno são:

TABELA 10
Cálculo Índice de Retorno do Negócio Fundação Mário Penna

Índice de Retorno do Negócio	
Valor do Negócio	(218.100.280)
Investimento	25.046.697
Índice de Retorno do Negócio	-870,77%

Devido ao valor negativo do valor do negócio, o retorno também refletirá um índice negativo demonstrando que o resultado auferido com as atividades econômicas, desprezando os valores recebidos de doações, é totalmente insuficiente e não remunera o patrimônio investido pela sociedade.

TABELA 11**Cálculo Índice de Retorno da Causa Social Fundação Mário Penna**

Índice de Retorno da Causa Social	
Valor da Causa Social	246.003.394
Investimento	25.046.697
Índice de Retorno da Causa Social	982,18%

Ao contrário, do índice anterior, pode-se identificar através do cálculo do índice de retorno da causa social, que o investimento efetuado pela sociedade nesta organização contribui para a criação do valor social, ou seja, mantém a prestação dos serviços oferecidos de forma gratuita ou a valores menores que o repasse efetuado pelo Estado.

TABELA 12**Cálculo Índice de Retorno da Entidade Fundação Mário Penna**

Índice de Retorno da Entidade	
Valor da Entidade	15.850.849
Investimento	25.046.697
Índice de Retorno da Entidade	63,29%

Conforme mencionado no cálculo do valor da entidade, o percentual (%) de retorno da entidade como um todo (econômico, social e dívidas), remunera de forma positiva os investimentos sociais. E esta remuneração positiva pode ser explicada pelo fato do retorno da causa social ser superior ao retorno do negócio menos às dívidas de longo prazo. No geral, economicamente e socialmente, podemos analisar que a organização está tendo um retorno positivo e como demonstramos no valor da entidade, a mesma cria valor.

5.2 – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE

Os cálculos apresentados abaixo, referentes à organização Santa Casa de Misericórdia, praticamente adotará os mesmos critérios utilizados nos cálculos da Fundação Mário Penna. Caso tenha alteração no critério de mensuração, este será apresentado de forma detalhada.

5.2.1 – Cálculo do Valor do Negócio

Das contas apresentadas como receitas operacionais na Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício, foram segregadas em econômicas e sociais, e estão apresentadas na tabela abaixo:

TABELA 13
Classificação Receita Santa Casa de Misericórdia em Atividade Econômica e Social

RECEITAS OPERACIONAIS	ATIVIDADE	
	ECONÔMICA	SOCIAL
SUS – Sistema Único de Saúde	X	
Convênios	X	
Funerária	X	
Particulares	X	
Subvenções		X
Santa Casa Saúde	X	
Doações (a)		X
Serviços Administrativos e Assistenciais	X	
Escola de Enfermagem e Pós-Graduação	X	
Outras	X	

Foram consideradas como receita de atividade social apenas as doações e subvenções recebidas no período.

Das contas apresentadas como despesas operacionais a segregação não foi efetuada analisando conta a conta. A segregação em atividade social obedeceu ao

critério de valores gastos com atividades gratuitas apresentados no Balanço Social, conforme tabela abaixo.

TABELA 14
Custo Benefícios Gratuitos Santa Casa de Misericórdia

BENEFÍCIOS	CUSTO EM 2007 valores em R\$
Sepultamento de 1.702 indigentes e carentes, com média mensal de 141 funerais	411.000
Serviço de Geriatria da Santa Casa (Instituto Geriátrico Afonso Pena) referente ao atendimento a 40 idosos que residem em suas instalações.	503.000
Atendimentos gratuitos de serviços ambulatoriais e de internação, referente ao tratamento de 86 enfermos reconhecidamente carentes de recursos.	124.000
Total	1.038.000

Fonte: Santa Casa de Misericórdia – Balanço Social e Notas ExplicativasI

O montante das despesas e custos operacionais apresentados na Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício foi de R\$144.878.270 (cento e quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta e oito mil, duzentos e setenta reais), considerando que o custo e despesa com serviços oferecidos de forma gratuita foi de R\$1.038.000 (hum milhão e trinta e oito mil reais) conforme tabela acima, o valor dos custos e despesas com a atividade econômica foi apurado pela diferença e somou a quantia de R\$143.840.270 (cento e quarenta e três milhões, oitocentos e quarenta mil, duzentos e setenta reais).

A tabela a seguir apresenta a demonstração de déficit ou superávit do exercício segregada em atividade econômica e social, de acordo com os critérios de segregação apresentados, anteriormente.

TABELA 15
Demonstração Superávit / Déficit do Exercício Santa Casa de Misericórdia
segregada em Atividade Econômica e Social

RECEITAS OPERACIONAIS	ATIVIDADE	
	ECONÔMICA	SOCIAL
SUS – Sistema Único de Saúde	39.906.607	
Convênios	49.757.428	
Funerária	12.903.366	
Particulares	1.532.870	
Subvenções		20.208.482
Doações (a)		1.205.375
Serviços Administrativos e Assistenciais	7.583.885	
Escola de Enfermagem e Pós-Graduação	1.959.957	
Outras	827.223	
	114.471.336	21.413.857
DESPESAS OPERACIONAIS	-143.840.270	-1.038.000
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	-29.368.934	20.375.857

O lucro operacional deve ser ajustado para cálculo do EVA, desta forma do montante apurado como resultado da atividade econômica, déficit de R\$29.368.934, devem ser subtraídas as despesas financeiras relativas aos custos de financiamentos, portanto, será considerada somente a despesa financeira decorrente de empréstimos, de acordo com as informações em Notas Explicativas que foram de R\$5.786.942 (cinco milhões, setecentos e oitenta e seis mil, novecentos e quarenta e dois reais), totalizando um déficit operacional ajustado de R\$23.581.992 (vinte e três milhões, quinhentos e oitenta e um, novecentos e noventa e dois reais).

A taxa Selic para o período de 06/12/2007 a 23/01/2008 é de 11,25%, conforme consulta ao site do Banco Central. Considerando a mesma alíquota de imposto de renda (15%), contribuição social sobre o lucro líquido (9%) e projeção da inflação (4,5%) utilizada no cálculo da organização anterior, temos uma Taxa SELIC líquida de 3,88% a.a..

De acordo com os valores apresentados, o valor do negócio no ano de 2007 foi negativo, ou seja, a entidade precisa das doações para que preste serviço à

sociedade. A receita com sua atividade econômica não possibilita a manutenção dos custos e despesas necessárias para o atendimento à sociedade tanto pelo SUS quanto convênio e particulares. E pode-se, ainda, verificar que o resultado da atividade social é insuficiente para cobrir o déficit da atividade econômica. Isto pode ser comprovado pelo resultado apresentado na Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício.

TABELA 16

Cálculo Valor do Negócio Santa Casa de Misericórdia

Cálculo do Valor do Negócio	
Superávit / Déficit atividade Econômica	(29.368.934)
(-) Despesas Financeiras	(5.786.942)
Superávit / Déficit ajustado	(23.581.992)
Taxa de Desconto (SELIC)	3,88%
Valor do Negócio	(757.791.013)

5.2.2 – Cálculo do Valor da Causa Social

O cálculo do Valor da Causa Social para esta entidade adotará os mesmos procedimentos aplicados na entidade anterior, exceto o período de análise e utilização dos valores, que será o ano de 2007.

Diante das informações publicadas pela entidade em seu Balanço Social, a gratuidade é valorizada pela diferença entre o valor de custo dos serviços prestados gratuitamente e o valor apurado destes serviços pela tabela de pagamento do SUS. Desta forma, conforme informada em notas explicativas o montante da aplicação em gratuidade em 2007 foi de R\$39.906.607 (trinta e nove milhões, novecentos e seis mil, seiscentos e sete reais).

TABELA 17**Cálculo Valor do Valor da Causa Social Santa Casa de Misericórdia**

Cálculo do Valor da Causa Social	
Resultado da Prestação de Serviços Sociais	39.906.607
Taxa de Desconto (SELIC)	3,88%
Valor da Causa Social	1.029.688.995

Este valor demonstra a criação de valor à sociedade, dado que os serviços prestados de forma gratuita ou a um custo maior que o valor de repasse pelo Estado, oferecem um conforto à sociedade.

5.2.3 – Cálculo do Valor da Entidade

De acordo com as notas explicativas apresentadas pela entidade, as dívidas de longo prazo são compostas da seguinte forma:

TABELA 18**Dívidas de Longo Prazo Santa Casa de Misericórdia**

Dívidas de Longo Prazo	Valores em 2006
Instituições Financeiras	14.982.656
BNDES	23.324.736
Fornecedores	6.570.481
Provisões Cíveis e Trabalhistas	19.427.836
Total Dívidas de Longo Prazo	64.305.709

Fonte: Notas Explicativas Santa Casa de Misericórdia

Desta forma, o valor da entidade está demonstrado na tabela a seguir:

TABELA 19**Cálculo do Valor da Entidade Santa Casa de Misericórdia**

Cálculo do Valor da Entidade	
Valor do Negócio	(757.791.013)
Valor da Causa Social	1.029.688.995
Dívidas de Longo Prazo	(64.305.709)
Valor da Entidade	207.592.273

Devido à superioridade do valor da causa social frente ao montante do valor negativo criado pelo negócio somado ao montante das dívidas de longo prazo, o valor da entidade ou conjunto foi positivo, demonstrando que no conjunto (econômico + social) a organização cria valor para a sociedade.

5.2.4 – Cálculo dos Índices de Retorno

O valor do patrimônio social apresentado no Balanço Patrimonial anexo é de R\$22.072.602, portanto, os índices de retorno são:

TABELA 20**Cálculo do Índice de Retorno do Negócio Santa Casa de Misericórdia**

Índice de Retorno do Negócio	
Valor do Negócio	(757.791.013)
Investimento	22.072.602
Índice de Retorno do Negócio	-3433,17%

TABELA 21**Cálculo do Índice de Retorno da Causa Social Santa Casa de Misericórdia**

Índice de Retorno da Causa Social	
Valor da Causa Social	1.029.688.995
Investimento	22.072.602
Índice de Retorno da Causa Social	4665,01%

TABELA 22**Cálculo do Índice de Retorno da Entidade Santa Casa de Misericórdia**

Índice de Retorno da Entidade	
Valor da Entidade	207.592.273
Investimento	22.072.602
Índice de Retorno da Entidade	940,50%

Conforme mencionado no cálculo do valor da entidade, o percentual (%) de retorno da entidade como um todo (econômico, social e dívidas), remunera de forma positiva os investimentos sociais, devido, principalmente, à criação de valor da causa social que corresponde à um número superior 46 (quarenta e seis) vezes o patrimônio social da entidade.

5.3 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando que as organizações analisadas neste estudo pertencem ao mesmo segmento de atuação, ou seja, prestação de serviços de saúde e assistência, é possível uma análise comparada dos valores encontrados pela aplicação da metodologia *SROI* e adaptações sugeridas por Araújo *et al* (2005).

Nas duas organizações, o valor da entidade foi negativo demonstrando que os valores arrecadados pela prestação de serviços, não são suficientes para a manutenção dos custos e despesas relativas a esses serviços prestados.

Diante da leitura dos documentos publicados pelas organizações, é possível verificar que os atendimentos executados pela rede SUS têm um custo maior do que o valor de repasse ou até mesmo nem é remunerado.

Levando em consideração as especialidades de atendimento das duas organizações, os procedimentos executados demandam um alto custo tanto de profissionais quanto de equipamentos necessários ao atendimento de qualidade e

excelência. E nestas duas organizações, a qualidade e excelência são pontos inquestionáveis partindo do pressuposto que são referências em nosso país.

Em todos os cálculos efetuados não foram consideradas as doações e subvenções recebidas pelas organizações. Se considerarmos estes valores como receita econômica, a Fundação Mário Penna apresentaria um valor do negócio positivo, pois apresenta um superávit no exercício de 2006. Já a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, mesmo com as doações e subvenções teria ainda um valor do negócio negativo, devido ao déficit do exercício em 2007.

O valor arrecadado pela Santa Casa foi insuficiente para cobrir o déficit apresentado pela diferença entre o montante arrecadado e o montante dos custos e despesas.

Outro ponto importante que merece destaque nesta análise é a não consideração em nenhum momento do benefício fiscal auferido pelas organizações. Considerando que o SUS repassa um valor, muitas das vezes, inferior ao custo dos serviços prestados, este déficit pode ser compensado pela imunidade tributária. E nesta análise, podemos identificar que a imunidade tributária concedida a estas organizações é um custo de oportunidade do governo visando benefício à sociedade.

No caso da Fundação Mário Penna, o valor dos impostos não recolhidos, devido à imunidade tributária em 2006 foi de R\$9.621.581 (nove milhões, seiscentos e vinte e um mil, quinhentos e oitenta e um reais), conforme tabela abaixo:

TABELA 23
Imunidade Tributária Fundação Mário Penna em 2006

TRIBUTO	VALOR
INSS	4.038.109
CPMF	403.801
ISSQN	1.222.848
COFINS	1.997.019
PIS	432.687
IRPJ	1.123.788
CSLL	403.329
TOTAL	9.621.581

Fonte: Balanço Social e Notas Explicativas Fundação Mário Penna

Na Santa Casa de Misericórdia o valor da imunidade tributária em 2007 foi de R\$10.540.997 (dez milhões, quinhentos e quarenta mil, novecentos e noventa e sete reais)

Considerando que os valores da gratuidade apurados e apresentados pelas duas organizações são superiores aos valores da imunidade tributária nos respectivos períodos, é possível identificar que o benefício concedido trouxe um resultado favorável ao Estado, conseqüentemente, um benefício favorável, também, à sociedade.

Considerando a entidade em conjunto, ou seja, a soma do valor do negócio, valor da causa social e às dívidas de longo prazo, as duas organizações apresentam um valor positivo. E este ponto positivo deve-se ao fato do montante das gratuidades serem superiores ao déficit econômico e aos financiamentos de terceiros, a longo prazo.

Os indicadores de retorno do negócio, da causa social e da entidade estão ligados, diretamente, aos valores apresentados pela criação de valor do negócio, da causa social e da entidade. Ou seja, tanto na Fundação Mario Penna quanto na Santa Casa de Misericórdia não foi possível obter um retorno positivo apenas no negócio.

TABELA 24
Resumo dos indicadores das organizações

	Fundação Mário Penna	Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte
Valor do Negócio	(218.100.280)	(757.791.013)
Valor da Causa Social	246.003.394	1.029.688.995
Valor da Entidade	15.850.849	207.592.273
Índice de Retorno da Entidade	-870,77%	-3433,17%
Índice de Retorno da Causa Social	982,18%	4665,01%
Índice de Retorno da Entidade	63,29%	940,50%

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado na introdução deste trabalho, a relevância das funções desempenhadas pelas organizações sem fins lucrativos está em pleno crescimento. Este crescimento sinaliza a necessidade de recursos financeiros visando à concretização da missão destas organizações.

Diante da responsabilidade social destas organizações, é necessário que as mesmas apresentem à sociedade, demonstrativos ou relatórios evidenciando o seu resultado e os benefícios gerados para cada recurso arrecadado.

Devido à falta de indicadores que possibilitem a mensuração do retorno social destas organizações, foi aplicada a metodologia SROI em duas organizações sem fins lucrativos: Fundação Mário Penna e Santa Casa de Misericórdia, com o intuito de saber se esta metodologia contribui na avaliação e mensuração do desempenho da gestão, nas organizações sem fins lucrativos.

Antes de entrar na questão da aplicação desta metodologia, é importante ressaltar que, ao longo da pesquisa, verificou-se uma escassez de trabalhos e publicações referentes à metodologia SROI. Em contrapartida, observou-se uma extensa lista de trabalhos e publicações envolvendo as organizações sem fins lucrativos, e a preocupação com a avaliação de desempenho destas, mas sem um modelo de mensuração robusto.

Após a aplicação da metodologia SROI nas duas organizações pode-se observar que o resultado alcançado contribui na avaliação e mensuração do desempenho das organizações. Considerando que a metodologia segrega as atividades em econômicas e sociais, é possível após esta segregação identificar o valor sócio-econômico da causa social que está ligada a missão das organizações. E através deste resultado, tem-se uma noção da criação ou destruição de valor diante dos serviços prestados à sociedade.

A aplicação dos seis indicadores, mesmo levando em consideração que os mesmos são extremamente inter-relacionados, é de extrema importância considerando que através destes é possível identificar a criação ou destruição de valor em três dimensões: econômica, social ou no conjunto. Sendo assim, tem-se uma contribuição para os gestores e usuários da informação, visto que é possível identificar a maneira com que os recursos estão sendo geridos.

Outra importância ou vantagem é a possibilidade de identificar, através do item Resultado da Prestação de Serviços Sociais, que compõem o cálculo do valor da causa social, o valor de contribuição da organização para a sociedade, ou seja, devido à ineficiência ou falta de recursos financeiros do Estado, qual a contribuição financeira oferecida através dos serviços oferecidos de forma gratuita à sociedade.

Dentre as limitações da metodologia, podemos destacar a não consideração das doações recebidas pelas organizações em nenhum indicador. A captação de recursos através de doações é de extrema importância para as organizações sem fins lucrativos, visto que é a principal ou única fonte de recursos para custear os serviços oferecidos de forma gratuita.

Outra limitação é o fato do valor da causa social ter como objetivo a tentativa de capturar o benefício gerado na vida dos indivíduos e na comunidade em que eles vivem. Muitos destes impactos são de natureza intangível e de difícil mensuração, portanto, não são computados no cálculo da causa social. A partir desta limitação, a própria REDF sugere que, além dos indicadores, seja evidenciado um relatório no qual é possível sinalizar os projetos ou benefícios oferecidos à sociedade, e que não foram computados na avaliação e mensuração do resultado social, este relatório pode ser o Balanço Social.

A não consideração da isenção tributária também pode ser considerada uma limitação desta metodologia, pois, a imunidade (isenção) concedida a estas organizações diminui a arrecadação do Estado. Desta forma, a comparação entre o benefício concedido pelo Estado e o benefício gerado pelas gratuidades dos

serviços oferecidos contribui para a avaliação e mensuração do desempenho da gestão destas organizações.

A título de considerações finais, é importante ressaltar que os resultados aqui obtidos em termos de validade da metodologia não podem ser generalizados para todas as organizações sem fins lucrativos. E sugere-se a continuação da discussão sobre o tema: modelos de avaliação e mensuração de desempenho da gestão em organizações sem fins lucrativos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cássia Vanessa Olak; SOUZA, Manuela Santin de; SLOMSKI, Valmor. **A mensuração do resultado econômico em entidades do Terceiro Setor: o caso do Grupo Primavera**. XXIX ENANPAD, 2005, Brasília/DF. Anais do XXIX EnAnpad, CD, 2005.

ARAUJO, Adriana M. P. **Ajustes da Contabilidade Tradicional para uma contabilidade Baseada em Valor**. Tese de doutoramento. FEA-USP, São Paulo, 2002.

ARAÚJO, Adriana M. P. et al. **Metodologia SROI: uma proposta para cálculo do valor sócio-econômico das organizações do Terceiro Setor**. XXIX ENANPAD, 2005, Brasília/DF. Anais do XXIX EnAnpad, CD, 2005.

BETTIOL JÚNIOR, Alcides. **Formação e Destinação do Resultado em Entidades do Terceiro Setor: Um Estudo de Caso**. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

BETTIOL JÚNIOR, Alcides; BARBIERI, Geraldo; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Formação e evidenciação do resultado de entidades do Terceiro Setor: um estudo de caso**. XXIX ENANPAD, 2005, Brasília/DF. Anais do XXIX EnAnpad, CD, 2005.

CATELLI, Armando. **Controladoria – uma abordagem da gestão econômica GECON**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

COPELAND, T.; KOLLER, T.; MURRIN, J. Avaliação de Empresas - Valuation. Tradução: Maria C. S. R. Ratto. McKKinsey & Company, Inc., SP: Makron Books, 2000.

COSTA, A. L.; ROSA, S. T. **Análise comparativa da eficiência e eficácia de gestão entre organizações do terceiro setor e organizações governamentais: um estudo de casos múltiplos nos serviços de educação infantil.** In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração (ENANPAD), XXVII, 2003, Atibaia. Anais. Atibaia: ANPAD.

DRUCKER, Peter F. **Administração de organizações sem fins lucrativos – princípios e práticas.** Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

EHRBAR, Al. **EVA: valor econômico agregado: a verdadeira chave para a criação de riqueza.** Rio Janeiro: Qualitymark, 1999.

FERNANDES, R.C. **O que é o Terceiro Setor?** São Paulo: Paz e terra, 1997.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés Pablo. **Desafios da parceria governo e terceiro setor.** Revista de Administração. São Paulo, v. 33, n.1, p. 12-19, jan/mar, 1998.

FRANCO, J.; PEREIRA, M. F.; SARTORI, R. **Captação de Recursos para o Terceiro Setor: um estudo na cidade de Maringá-PR.** In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração (ENANPAD), XXVII, 2003, Atibaia. Anais. Atibaia: ANPAD.

FUNDAÇÃO MÁRIO PENNA, <http://www.mariopenna.org.br/institucional/balanco>, consulta realizada em 16/11/2008.

GONÇALVES, C. A.; MEIRELLES, A. M. **Manual de elaboração de trabalhos técnicos e científicos**. Belo Horizonte, 2002.

LANDIM, L. **Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil**. Cadernos do Iser, Rio de Janeiro, 1993.

MARCOVITCH, Jacques. **Da Exclusão à Coesão Social: Profissionalização do Terceiro Setor**. In: 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MELO, V.P.; FISCHER, T.; SOARES Jr, J.S. **Diversidades e Confluências no Campo do Terceiro Setor: Um Estudo de Organizações Baianas**. ENANPAD, XXVII, 2003, Atibaia. ANPAD.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução a controladoria: conceitos, sistemas, implementação**. São Paulo: Atlas, 1993.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Mensuração e Reconhecimento do Resultado Econômico nas Entidades sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor)**. ENANPAD, XXIV, 2000, Florianópolis. ANPAD.

RAPPAPORT, A. **Gerando valor para o Acionista: um guia para administradores e investidores**. Tradução: Alexandre L. G. Alcântara. São Paulo: Atlas, 2001.

REDF – The Roberts Enterprise Development Fund. SROI Methodology. 2001.
Obtido em
www.redf.org, acesso em 24/06/2007.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SALAMON, Lester M. **Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor**. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org). 3º Setor desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 1997.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE, <http://www.santacasabh.org.br/balanco2007>, consulta realizada em 16/11/2008.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado – como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor: Regulação no Brasil**. São Paulo: Gife e Editora Fundação Peirópolis, 2001.

TEIXEIRA, R.F. **Discutindo o terceiro setor sob o enfoque de concepções tradicionais e inovadoras de Administração**. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo: FEA-USP, v.11, nº 1, p. 1-15, 2004.

UGÁ, Maria Alicia Dominguez. **Instrumentos de avaliação econômica dos serviços de saúde: alcances e limitações**. In: PIOLA, S. F.; VIANA, S. M. Economia da saúde: conceito e contribuição para a gestão da saúde. Brasília: IPEA, 1995.

VERGARA, S. C.; **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VILANOVA, Regina Célia Nascimento. **Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor: uma abordagem da gestão econômica.** São Paulo, 2004. 167p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

ANEXOS

1 – Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro da Fundação Mário Penna

ATIVO	2006	2005
CIRCULANTE	18.154.716	18.880.899
Caixa e bancos	507.383	66.190
Aplicações financeiras	5.353.601	4.704.435
Depósitos a apresentar	36.861	34.601
Cheques devolvidos	31.836	12.868
Clientes - Operadoras	8.226.716	9.945.617
Clientes - Particulares	53.795	61.020
Contas a receber - Telemarketing	1.744.803	1.566.941
Adiantamentos a terceiros	292.980	654.837
Estoques	1.608.566	1.699.518
Despesas Antecipadas	292.311	80.129
Outros	5.864	54.743
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	366.474	423.699
Depósito caução - BNDES	0	2.775
Depósitos judiciais	228.767	283.217
Precatórios	137.707	137.707
PERMANENTE	34.030.310	32.432.674
Investimentos	723.544	723.429
Imobilizado	33.306.766	31.709.245
TOTAL DO ATIVO	52.551.500	51.737.272
PASSIVO	2006	2005
CIRCULANTE	9.791.125	10.149.219
Fornecedores	3.744.254	3.932.953
Empréstimos e financiamentos	1.361.286	1.721.581
Obrigações trabalhistas e sociais	2.792.160	2.417.114
Honorários médicos a repassar	1.769.801	1.849.068
Parcelamento - Débitos INSS	101.900	87.128
Outras provisões	21.724	141.375
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	12.800.399	17.063.081
Provisões p/ demandas judiciais	748.135	2.031.027
Financiamentos	11.738.071	14.683.544
Parcelamento - Débitos INSS	314.193	348.510
PATRIMÔNIO SOCIAL	29.959.976	24.524.972
Patrimônio social	25.046.697	24.906.436
Reserva de doação	768.244	228.171
Reserva de reavaliação	7.660.022	7.652.970
Déficit acumulado	-3.514.987	-8.262.605
TOTAL DO PASSIVO	52.551.500	51.737.272

2 – Demonstração do Superávit Exercício em 31 de Dezembro da Fundação Mário Penna

	2006	2005
RECEITAS OPERACIONAIS	66.542.251	70.111.458
Pacientes do SUS	14.166.782	15.032.236
Pacientes de Outros Convênios	25.347.473	27.846.444
Pacientes Particulares	1.222.055	1.026.102
Doações - Telemarketing	20.980.927	16.989.681
Subvenções/Doações	1.671.804	1.296.123
Receitas Financeiras	1.883.933	1.956.866
Reversão de Provisões	692.873	142.973
Descontos Obtidos - Financiamentos	0	5.579.604
Outras Receitas	576.404	241.429
DESPESAS OPERACIONAIS	(62.082.017)	(59.593.701)
Despesas com Pessoal e Encargos	(17.945.699)	(16.603.561)
Serviços de Terceiros	(11.977.328)	(11.962.611)
Medicamentos e Materiais	(18.926.756)	(19.480.216)
Telemarketing (serviços/comissão)	(4.264.581)	(3.667.572)
Custos Financeiros	(2.545.611)	(2.061.568)
Depreciações	(3.148.631)	(2.714.309)
Água, Energia Elétrica e Telefone	(2.208.052)	(2.257.620)
Comunicação e Marketing	(466.836)	(228.237)
Aluguéis e Condomínios	(229.714)	(292.283)
Outras Despesas	(368.809)	(325.724)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	4.460.234	10.517.757

3 – Notas explicativas integrantes das Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

1) CONTEXTO OPERACIONAL:

A Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna é uma Entidade sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte/MG, fundada em 28 de junho de 1971, com declaração de utilidade pública municipal, estadual e federal e certificado de Entidade beneficente de assistência social junto ao CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social.

A Associação tem por finalidade coordenar, orientar, incentivar, promover e desenvolver recursos assistenciais no combate ao câncer, bem como prestar serviços médico-hospitalares e ambulatoriais com este objetivo e, ao mesmo tempo, colaborar com instituições congêneres e com o poder público.

Para atingir seus objetivos, a Associação mantém um complexo hospitalar-assistencial, constituído pelo Hospital Mário Penna, Hospital Luxemburgo e Casa de Apoio de Hospedagem de Transição.

Os recursos financeiros para a promoção de seus objetivos estatutários vêm do SUS – Sistema Único de Saúde, de convênios, de atendimentos particulares, de doações e de rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras. Todos os recursos da Associação são empregados exclusivamente no País e na realização de suas atividades estatutárias.

Em 27/04/2000 a Associação instituiu a Fundação Mário Penna, através de escritura pública de instituição e dotação, dotando-a com um Patrimônio de bens no valor de R\$ 24.630.283. Em novembro de 2004 a Associação efetuou doação complementar no valor de R\$ 10.138.994.

A Fundação tem por finalidade suceder a Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna, em todos os seus direitos e obrigações.

Nesta fase intermediária do processo, as operações estão sendo realizadas na Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna e o ativo operacional adquirido até novembro de 2004 está de posse da Fundação Mário Penna.

Estão em andamento medidas legais visando a consolidação desta sucessão e a conseqüente a transferência de todas as atividades da Associação para a Fundação Mário Penna. Até que a sucessão se consolide, a Associação estará custeando todas as atividades da Fundação Mário Penna, conforme convênio assinado entre as partes.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PRO FORMA

Os balanços patrimoniais e as demonstrações do superávit dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, estão apresentados de forma aglutinada e pró forma, de maneira a retratar a Associação e a Fundação como um negócio único.

Estas demonstrações foram extraídas e aglutinadas a partir das demonstrações contábeis individuais de cada Entidade, as quais individualmente foram apresentadas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, demais disposições legais, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCT item 10.19 – Entidades sem fins lucrativos.

Por se tratar de uma apresentação com fins específicos, não sujeita a legislação societária, as demonstrações contábeis aglutinadas foram preparadas de acordo com práticas contábeis específicas, as quais diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil e para tanto, não estão sendo apresentados os quadros demonstrativos das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) CRITÉRIOS ADOTADOS NA AGLUTINAÇÃO

O processo de aglutinação das contas patrimoniais e de resultado corresponde a soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo sua natureza, com subsequente eliminação das transações entre as Entidade aglutinadas.

b) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras são registradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

c) CLIENTES

Na rubrica Clientes, estão concentradas as contas a receber pela prestação de serviços médico-hospitalares. Foi constituída provisão para os créditos de liquidação duvidosa, para cobertura das perdas estimadas na cobrança destes valores.

d) ESTOQUES

Os estoques avaliados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao preço de reposição. Todos os estoques foram inventariados na época do fechamento do balanço.

e) IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado, avaliado pelo custo de aquisição e corrigido monetariamente até 31/12/1995, foi objeto de reavaliação em 1997, 2000 e 2004 e 2005. As quotas de depreciação foram calculadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício a que se referem.

f) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

As obrigações fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas dentro do próprio exercício.

g) RECEITAS COM DOAÇÕES, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

As doações, subvenções e contribuições para custeio das atividades foram contabilizadas em contas de receitas. As doações e subvenções patrimoniais são contabilizadas como reservas no Patrimônio Líquido.

h) APURAÇÃO DE RESULTADO

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência, de acordo com a legislação vigente.

4) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras referem-se a operações de curto prazo e estão assim demonstradas:

Instituição Financeira	31/12/2006	31/12/2005
Banco Real	3.064.382	2.602.022
Caixa Econômica Federal	272.465	835.387
Banco do Brasil	2.016.754	650.518
Banco Safra		616.508
	5.353.601	4.704.435

A seleção da modalidade de aplicação dos recursos da AAHMP é realizada dentro de um perfil conservador, em fundos de renda fixa, com carteira eminentemente composta por títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco de crédito e modalidades operacionais associadas ao mercado de renda fixa.

A referência dos rendimentos financeiros, resultantes da aplicação dos recursos em fundos de perfil conservador, é a taxa de CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

5) ADIANTAMENTOS

São registrados nesta rubrica os adiantamentos a fornecedores e a funcionários (férias e salários), sendo assim representados:

	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2005</u>
Adiantamento a Fornecedores	110.868	534.691
Adiantamento a Funcionários	182.112	120.146
Total	<u>292.980</u>	<u>654.837</u>

6) CLIENTES

Os créditos a receber, decorrente dos convênios com as operadoras de planos de saúde, podem ser assim apresentados:

Nome do Cliente	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2005</u>
IPSEMG	1.940.119	3.761.343
SUS	3.056.302	3.001.054
UNIMED	1.729.713	2.176.584
Outros Convênios	1.655.950	1.162.005
Particulares	114.815	61.020
Total de clientes	8.496.899	10.162.006
Provisão para devedores duvidosos	(216.388)	(155.369)
Total da conta	<u>8.280.511</u>	<u>10.006.637</u>

É prática da Entidade constituir provisão para devedores duvidosos com base na ausência de expectativa de recebimento junto aos clientes, que, via de regra, estão com os títulos vencidos há mais de 12 meses.

7) ESTOQUES

Os valores constantes nesta rubrica referem-se aos medicamentos e materiais utilizados na prestação de serviços da Entidade e aos gêneros alimentícios necessários ao fornecimento de dietas e alimentação adequada aos pacientes, acompanhantes e funcionários. A composição dos estoques é a seguinte:

Composição:

	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2005</u>
Farmácia	1.349.224	1.522.754
Almoxarifado	234.403	158.285
Serviço de Nutrição e Dietética	24.939	18.479
Total dos estoques	<u>1.608.566</u>	<u>1.699.518</u>

8) INVESTIMENTOS

Foi celebrado, em 31 de janeiro de 2002, convênio entre a Fundação Mário Penna e a Fundação Comunitária Tricordiana de Educação, que tem por finalidade o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes conveniadas, visando reunir esforços para a implantação de um campus universitário em Belo Horizonte, com programas e cursos na área da educação superior, especialmente no campo das Ciências da Saúde, bem como na área da educação profissional de nível técnico.

Para a consecução do convênio, a Fundação Mário Penna investiu nos anos de 2003 e 2004 o montante de R\$ 700.000,00, repassados à Fundação Comunitária Tricordiana de Educação, a quem cabe a administração da Unidade instalada nas dependências do Hospital Luxemburgo, conforme disposto no Convênio.

A Fundação Mário Penna ajuizou em dezembro de 2006 duas ações contra a Fundação Comunitária Tricordiana de Educação, sendo uma ação de “Prestação de Contas” e outra “Declaratória de Desfazimento de Convênio por Culpa da Conveniente, com Preceito Condenatório Quanto ao Cumprimento das Anteriormente Também Pactuadas Obrigações Conseqüentes ao Desfazimento”.

Está previsto no Convênio, em sua cláusula sétima, que a infra-estrutura existente no Campus, compreendendo instalações físicas, laboratórios e equipamentos e implementos necessários à sua implementação, constitui propriedade da Fundação Mário Penna. Também está previsto, na cláusula quarta, que no caso de

desfazimento do Convênio o patrimônio das instituições colocado à disposição do Convênio deverá retornar a suas origens.

Tendo em vista as duas cláusulas citadas, bem como a opinião da assessoria jurídica da entidade, que classifica como remota a possibilidade de perda das ações movidas, a administração da Fundação Mário Penna não considera que o investimento efetuado no Campus seja perdido.

9) IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado da Fundação foi dotado pela Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna, em 27/04/2000, por meio da Escritura Pública de Instituição e Dotação. O registro contábil foi efetuado em dezembro de 2003, pelo valor original, deduzido da depreciação do período, calculado pelo método linear.

Em novembro de 2004, a Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna promoveu dotação complementar de Ativo Imobilizado, no montante de R\$10.138.994, dando seqüência ao processo de sucessão entre as duas Entidades. O valor líquido da dotação foi registrado nas contas de imobilizado e do patrimônio líquido da Fundação Mário Penna.

Também, em novembro de 2004, a Fundação procedeu reavaliação de seus ativos fixos e registrou uma mais valia desses ativos no montante R\$7.663.444 e uma perda considerada definitiva no montante de R\$2.793.934, sendo esses valores suportados por laudo de empresa técnica especializada.

Em 30 de junho de 2005, a Fundação procedeu reavaliação complementar, quando foram incluídos em seu ativo, um veículo ambulância e um aparelho acelerador linear, que não tinham sido avaliados no relatório de novembro de 2004. Foi registrada uma mais valia de R\$170.000, suportados por laudo de empresa técnica especializada.

Desta forma, os valores registrados em 31 de dezembro de 2005 estão em conformidade com os valores definidos nos respectivos laudos.

Após a reavaliação, a depreciação do ativo fixo foi calculada e contabilizada sobre o novo saldo, considerando a vida útil econômica e/ou remanescente no laudo, e pode ser demonstrada como segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Prédios	17.684.900	16.293.394
Terrenos	10.009.455	10.009.455
Aparelhos e equipamentos	7.245.365	5.843.247
Móveis e utensílios	1.385.601	1.239.920
Veículos	368.390	268.127
Computadores e Sistemas	1.764.844	515.185
Instrumentais Cirúrgicos	258.163	8.658
Enxovais Hospitalares	96.201	96.201
Imobilizações em Curso		204.858
	<u>38.812.919</u>	<u>34.479.045</u>
Depreciação acumulada	<u>(5.506.152)</u>	<u>(2.769.800)</u>
	<u><u>33.306.767</u></u>	<u><u>31.709.245</u></u>

A Associação assinou contrato de comodato para utilização dos bens do ativo imobilizado pertencentes à Fundação Mário Penna: prédios, móveis, equipamentos, aparelhos e demais bens, até que a Fundação incorpore definitivamente as atividades da Associação.

10) FORNECEDORES

Esta conta é composta pelos valores a pagar aos fornecedores de insumos utilizados na prestação dos serviços médico-hospitalares e, ainda, de parceiros na prestação de serviços vitais ao funcionamento das unidades mantidas pela entidade.

Os principais fornecedores podem ser assim demonstrados:

Fornecedores:	31/12/2006	31/12/2005
Wave Produtos Médicos	362.745	270.200
Novartis Biociências	348.161	256.242
CAMB Comércio e Representações	316.578	1.827
Estilo Telemarketing	173.895	166.200
Laboratórios B. Braun S/A	155.120	81.379
Biotronik Comercial Médica	108.707	32.800
Boston Scientific do Brasil	89.981	318.389
Expressa Distribuidora de Medicamentos	88.200	
Cristália Produtos Químicos	81.293	53.759
CMS Produtos Médicos	70.984	
Eurofarma Laboratórios	27.706	189.388
Bioassist Comercial		151.403
Outros Fornecedores	1.920.884	2.411.366
Total	3.744.254	3.932.953

11) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Esta rubrica está composta pelos valores relativos à remuneração dos colaboradores, paga no mês seguinte ao qual foi incorrida e, também, das provisões trabalhistas:

COMPOSIÇÃO:	31/12/2006	31/12/2005
Salários e ordenados	742.453	691.872
Obrigações sociais/fiscais	570.012	421.338
Provisão p/ férias	1.479.695	1.303.904
TOTAL	2.792.160	2.417.114

12) HONORÁRIOS MÉDICOS A REPASSAR

Esta rubrica refere-se aos honorários médicos, faturados pelos hospitais mantidos pela Associação, a serem repassados aos médicos e clínicas conveniadas após seu

recebimento. O valor a repassar em dezembro de 2006 era de R\$1.769.801 (R\$1.849.068 em dezembro/2005)

13) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O financiamento contraído pela Associação junto a Siemens, em 1997, foi destinado à compra de equipamentos para o Hospital Luxemburgo. O contrato foi discutido judicialmente, em função da política de liberação cambial adotada pelo Governo Federal em 1999 e os pagamentos das parcelas foram suspensos à época.

Em junho de 2005, quando o valor do débito era de R\$9.732.435, a Associação firmou acordo com a Siemens, onde ficou estabelecido o pagamento de U\$2.000.000, que representaram R\$4.770.000 (US\$ 1,00 = R\$ 2,385) para quitação integral do débito. Com o pagamento do valor acordado em 27/06/2005 a Siemens deu quitação plena do contrato, concedendo um desconto financeiro de R\$4.962.435, reconhecido no resultado do exercício.

Para quitação do acordo feito com a Siemens, a instituição contraiu empréstimo em junho de 2005, no valor de R\$5.000.000, junto ao Banco ABN Amro Real, à taxa de juros pré-fixada em 1,95% am (26,08% aa), em 48 parcelas mensais e consecutivas de R\$161.355.

Em dezembro de 2006, quando o saldo do empréstimo com o Banco ABN Amro Real montava em R\$3.339.666, a Associação efetuou o pagamento de R\$2.000.666, ficando o saldo remanescente de R\$1.339.000. Foi celebrado com o Banco ABN Amro Real novo contrato de empréstimo, onde o saldo do empréstimo anterior foi renegociado à taxa de 0,35% am (4,28% aa) mais a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, a ser pago em 24 parcelas mensais e tendo como garantia os direitos creditórios para com a Operadora Unimed.

O financiamento contraído junto ao BNDES, em 1999, foi destinado à expansão e modernização do Hospital Mário Penna e do Hospital Luxemburgo. Foi dividido em três contratos, sendo dois deles reajustados pela taxa de 3,3% aa + TJLP e um deles reajustado pela taxa de 3,3% aa + variação de uma cesta de moedas estrangeiras.

Em junho de 2005 quando o valor do débito era de R\$13.063.876, foi celebrado o aditamento nº 2 ao contrato de financiamento com o BNDES, onde os três contratos originais foram agrupados em um único, dividido em 240 (duzentas e quarenta) parcelas mensais e consecutivas. A taxa de juros adotada foi de 3,3% aa + TJLP. Como garantia foi feita cessão parcial, “pro solvendo”, dos créditos da Associação junto ao Ministério da Saúde, em razão de prestação de serviços médicos/hospitalares no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Em julho de 2005, o valor do débito do financiamento com o BNDES foi recalculado, com base nas novas cláusulas pactuadas, onde foi apurado um desconto financeiro de R\$617.169, reconhecido como resultado do exercício.

13.1) FINANCIAMENTOS DE CURTO PRAZO:

INSTITUIÇÃO	TAXAS	31/12/2006	31/12/2005
ABN Amro Real	26,08% aa		1.041.667
ABN Amro Real	4,28% aa + CDI	669.500	
BNDES	3,3% aa + TJLP	691.786	679.914

13.2) FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO:

A Associação apresenta a seguinte composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo:

INSTITUIÇÃO	TAXAS	31/12/2006	31/12/2005
ABN Amro Real	26,08% aa		3.125.000
ABN Amro Real	4,28% aa + CDI	669.500	
BNDES	3,3% aa + TJLP	11.068.571	11.558.544
TOTAL		11.738.071	14.683.544

14) PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Conforme relatórios dos Assessores Jurídicos da Associação, existem ações judiciais em andamento, razão pela qual foi constituída provisão para fazer face às possíveis perdas com tais contingências, no montante de R\$641.331 (R\$1.924.223 em 2005). Foram feitos depósitos judiciais recursais, no montante de R\$228.767 (R\$283.217 em 2005).

Em 2006, a Administração realizou acordo com 316 empregados da Entidade referente à demanda judicial impetrada pelo sindicato da classe, o que resultou em um pagamento de R\$632.000 e reversão da provisão no montante de R\$692.871. Foi constituída provisão para cobertura de eventuais perdas em demandas judiciais envolvendo a Fundação, no montante de R\$106.804. Consta em tramitação apenas uma ação (cobrança), onde a assessoria jurídica apontou a possibilidade de perda da causa.

15) PROCEDIMENTO FISCAL

Em outubro de 2005 o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social encerrou o procedimento fiscal iniciado no ano de 2004, referente às contribuições sociais devidas ao órgão, no período de janeiro/1999 a maio/2004.

Como resultado do Procedimento Fiscal, o INSS apresentou Autos de Infração e Notificações Lançamento de Débito que totalizaram R\$3.736.428.

A Administração avaliou os Autos e Notificações apresentados pela fiscalização e tomou as seguintes providências:

15.1) DÉBITOS QUITADOS

Foi reconhecido o débito de R\$318.888, referentes à multas pela ausência de retenção do imposto sobre a remuneração de serviços prestados por terceiros e aos valores que deveriam ter sido recolhidos. O valor do débito foi quitado em novembro de 2005, com desconto de 50%, indo para R\$159.944.

15.2) DÉBITOS PARCELADOS

Foi reconhecido o débito de R\$435.638, referente a valores não retidos sobre a remuneração de serviços prestados por terceiros. A instituição parcelou o débito junto ao INSS em 60 meses, corrigidas mensalmente com base na taxa SELIC. No ano de 2006 foram quitadas 11 parcelas. O saldo remanescente em 31/12/2006 monta em R\$416.094.

15.3) DÉBITOS NÃO RECONHECIDOS

A instituição não reconheceu o débito de R\$2.980.902 e ajuizou em 2006 ação ordinária, onde foi requerido o julgamento acerca da inexistência de relação jurídica que obrigue a Associação ao pagamento ao INSS da contribuição previdenciária em questão, bem como declaradas nulas as autuações.

Esta ação está em fase probatória não tendo sido proferida sentença de primeira instância, sendo que a assessoria jurídica da Associação avaliou que a probabilidade de perda da referida ação encontra-se no limiar entre remota e possível, por existirem jurisprudências favoráveis à Associação, embora os tribunais ainda não são unânimes em seu entendimento.

16) PATRIMONIO LÍQUIDO

16.1) RESERVA DE DOAÇÃO

Trata-se das doações recebidas em ativos, no exercício de 2006, que totalizaram R\$768.244. Deste montante R\$700.000 refere-se ao convênio firmado com o Governo do Estado de MG, para a compra de equipamentos para o CTI do Hospital Luxemburgo.

16.2) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Conforme descrito na nota de nº 8, foi registrado nesta rubrica a mais valia dos ativos fixos, em novembro de 2004, em junho de 2005 e em abril de 2006, na ordem de R\$7.660.023 já deduzido o reflexo da depreciação dos bens.

17) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com estratégia previamente aprovada pela Diretoria. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Os montantes dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, registrados em 31 de dezembro de 2006 e 2005 estão ajustados ao valor de mercado.

18) SEGUROS

A Associação mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil, os quais, em 31/12/2006, totalizam R\$20.982.429.

4 – Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro da Santa Casa de Misericórdia

	Exercício findo em	
	31.12.07	31.12.06
ATIVO		
CIRCULANTE	19.932.956	19.782.046
Caixa e bancos	49.614	224.719
Aplicações financeiras	291.064	469.841
SUS - Sistema Único de Saúde	5.187.168	4.879.311
Santa Casa Saúde	-	6.903
Convênios e particulares	5.060.675	4.398.556
Outras contas a receber (nota 14)	7.641.547	7.165.688
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 3.c)	-1.661.305	-1.065.457
Estoques (nota 3.b)	1.954.412	1.557.399
Adiantamentos	1.409.781	2.145.086
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.733.962	2.872.461
Aplicações financeiras	22.000	336.961
Depósitos Judiciais	796.050	1.436.406
Outros créditos a receber (nota 15)	915.912	1.099.095
PERMANENTE	135.517.155	129.308.924
Investimentos (nota 4)	6.972.259	7.124.239
Imobilizado (nota 5)	128.544.896	122.184.685
Total do Ativo	157.184.073	151.963.431
PASSIVO	157.184.073	151.963.431
CIRCULANTE	218.540.842	231.797.163
Fornecedores	45.356.023	57.165.748
Serviços profissionais a pagar	-	1.688
Obrigações com pessoal (nota 3. d)	7.909.437	8.281.252
Impostos e contribuições (nota 18)	124.729.866	109.965.449
Instituições financeiras (nota 6. b)	5.018.552	7.580.821
Financiamentos - BNDES (nota 6. a)	25.270.280	32.794.284
Processos trabalhistas (nota 19)	3.600.000	6.742.486
Outras exigibilidades	6.656.685	9.265.435
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	64.305.709	54.033.015
Instituições financeiras (nota 6. b)	14.982.656	5.747.165
Financiamentos - BNDES (nota 6. a)	23.324.736	27.345.713
Fornecedores	6.570.481	6.409.918
Provisões cíveis e trabalhistas (nota 19)	19.427.836	14.530.219
RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS (nota 13)	726.406	987.369
PASSIVO A DESCOBERTO	-126.388.885	-134.854.116
Patrimônio social	22.072.602	22.072.602
Reserva de Doações e Subvenções	42.063.203	28.839.329
Reserva de reavaliação	57.013.300	57.980.576
Déficits acumulados	-247.537.990	-243.746.623
Total do Passivo	157.184.073	151.963.431

5 - Demonstração do Superávit Exercício em 31 de Dezembro da Santa Casa de Misericórdia

	Exercício findo em	
	31.12.07	31.12.06
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (nota 7)	135.885.193	164.486.019
Glosas	-1.265.029	-2.727.151
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	134.620.164	161.758.868
Custo dos serviços prestados (nota 8)	-118.020.347	-153.988.557
RESULTADO BRUTO	16.599.817	7.770.311
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	-6.103.105	-12.657.083
Gerais e administrativas	-12.437.954	-11.148.569
Provisão para contingências	-3.345.318	-1.508.514
Insubsistência Ativa (nota 17)	9.680.167	0
SUPERAVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	10.496.711	-4.886.772
Despesas financeiras (nota 9)	-20.246.922	-17.791.060
Receitas financeiras	757.133	1.185.400
DÉFICIT OPERACIONAL	-8.993.078	-21.492.432

6 - Notas explicativas integrantes das Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 da Santa Casa de Misericórdia

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, fundada em 21 de Maio de 1899, é uma Associação, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, reconhecida de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 47.778/60, e tem por objetivo principal a manutenção de hospitais onde prepondera o tratamento de enfermos reconhecidamente carentes, sobretudo os custeados pelo SUS, através de convênio. A administração da Entidade é exercida pelo Provedor, em cargo não remunerado, eleito pela Assembléia Geral.

Integram o Grupo Santa Casa as seguintes unidades: Hospital Central Emygdio Germano (Santa Casa), Maternidade Hilda Brandão, Hospital São Lucas,

Ambulatório Pediátrico Santa Casinha, Ambulatório Mello Alvarenga, Creche João Paulo II, Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa, Escola de Enfermagem João Paulo II, Fundação Santa Casa, Funerária Santa Casa, Santa Vida - Plano Funerário, IGAP - Instituto Geriátrico Afonso Pena e CEM - Centro de Especialidades Médicas Dario Faria Tavares.

Em novembro de 2007, a obra do CEM - Centro de Especialidades Médicas Dario Faria Tavares foi parcialmente concluída, para onde foi transferido o Ambulatório Mello Alvarenga. O CEM resultou da parceria dos Governos Federal, Estadual, Municipal e Grupo Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.

O montante da receita operacional e do custo dos serviços prestados em 2006, apresentado para fins de comparabilidade, inclui R\$ 46.577.806 e R\$ 51.723.932 respectivamente, referente ao Plano Santa Casa Saúde, transferido para a Fundação Santa Casa, em julho de 2006.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são elaboradas nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Decreto nº 2.536/98 e demais dispositivos legais e normativos pertinentes às Entidades de Fins Filantrópicos, em especial a NBC T 10.19.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. A Instituição adota o regime contábil de competência para a apuração do resultado;
- b. Os estoques são demonstrados pelo preço médio de aquisição, inferior aos valores de reposição e de mercado;
- c. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas nas contas a receber;
- d. A Provisão para férias e respectivos encargos é calculada de acordo com a análise individualizada do direito do empregado na data do balanço.

4. INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	31.12.07			31.12.06		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO	LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO	LÍQUIDO
TERRENOS	3.588.858	-	3.588.858	3.588.858	-	3.588.858
EDIFICAÇÕES	3.756.525	375.631	3.380.895	3.756.525	225.369	3.531.150
AÇÕES E COTAS	2.507	-	2.507	4.105	-	4.225
TOTAL GERAL – R\$ 1	7.347.890	375.631	6.972.259	7.349.608	225.369	7.124.239

As edificações e os terrenos são destinados à locação, com a finalidade de arrecadação de recursos para a Entidade.

5. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado, avaliado ao custo de aquisição e corrigido monetariamente até 31.12.95, foi objeto de reavaliação em 31.12.01. As cotas de depreciação são calculadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício. A sua composição é a seguinte:

DESCRIÇÃO	31.12.07			31.12.06			TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO
	CUSTO	DEPRECIAÇÃO	LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIAÇÃO	LÍQUIDO	
EDIFICAÇÕES BENEFICÍARIAS	59.152.904	7.766.344	51.386.560	57.305.111	6.343.876	50.961.234	4%
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	16.211.347	5.972.529	10.238.818	14.066.697	4.906.158	9.160.538	10%
EQUIPAMENTOS INFORMÁTICA	1.705.939	946.381	759.558	1.474.152	752.564	721.588	20%
ELEVADORES	468.561	184.987	283.574	448.180	154.015	294.165	10%
INSTRUMENTAS CIRÚRGICOS	161.470	118.635	42.835	161.470	98.612	62.858	10%
INSTALAÇÕES	1.174.952	307.170	867.782	1.174.952	255.124	919.827	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.264.323	996.092	1.268.231	2.153.965	828.377	1.325.588	10%
MOVES E UTENSÍLIOS	2.243.580	1.081.010	1.162.570	1.929.864	853.119	1.076.745	10%
SOFTWARES	610.878	548.044	62.835	579.629	523.641	55.988	20%
VEÍCULOS	<u>270.076</u>	<u>151.521</u>	<u>118.555</u>	<u>270.076</u>	<u>101.174</u>	<u>168.902</u>	20 e 33,33%
SUB TOTAL	<u>84.264.02</u>	<u>18.072.712</u>	<u>66.191.317</u>	<u>79.564.093</u>	<u>14.816.661</u>	<u>64.747.433</u>	
TERRENOS	15.641.000	-	15.641.000	15.641.000	-	15.641.000	
OBRAS EM ANDAMENTO	46.455.673	-	46.455.673	40.425.888	-	40.425.888	
ADANTAMENTO FORNECEDORES	250.997	-	250.997	1.314.853	-	1.314.853	
OUTRAS MOBILIZAÇÕES	<u>5.909</u>	-	<u>5.909</u>	<u>55.512</u>	-	<u>55.512</u>	
TOTAL GERAL – R\$ 1	<u>146.617.608</u>	<u>18.072.712</u>	<u>128.544.896</u>	<u>137.001.346</u>	<u>14.816.661</u>	<u>122.184.685</u>	

OBRAS EM ANDAMENTO PODEM SER ASSIM DETALHADAS

	31.12.07	31.12.06
	Custo	Custo
Centro Metropolitano de Especialidades Médicas - Ex Cardéminas	27.164.000	27.164.000
• Centro de Especialidades Médicas - Edificação	18.206.696	12.084.420
• Adequação dos Consultórios do Hospital São Lucas	546.181	-
• C.T.I. Adulto Hospital São Lucas	-	521.841
• Outras obras	<u>539.794</u>	<u>655.627</u>
Total Geral – R\$ 1	<u>46.455.673</u>	<u>40.425.888</u>

6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. BNDES

Os empréstimos contratados, via diversos agentes financeiros, para capital de giro, com o BNDES, dentro do Programa de Fortalecimento e Modernização das Entidades Filantrópicas de Saúde Integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, sujeitam-se a encargos de 50% TJLP + 1 a 2% a.a. O prazo de amortização foi de 96 meses, incluindo um ano de carência, vencendo até setembro/08; contudo, em outubro de 2005, o financiamento mais relevante desses agentes, da Caixa Econômica Federal - CEF, teve o prazo de amortização alongado para 196 meses, com os vencimentos estendendo-se até dezembro de 2021. As garantias estão representadas por cessão de direitos creditórios de recursos a receber do SUS, recebíveis do Plano Santa Casa Saúde, hipoteca de bens do ativo imobilizado e aval dos dirigentes.

b. OUTRAS INSTITUIÇÕES

Os empréstimos contraídos com demais instituições financeiras são destinados a capital de giro, sujeitos a encargos usuais de mercado, mediante contratos com vencimentos variados e com cláusulas de renovação periódica. As garantias estão representadas por cessão de direitos creditórios de recursos a receber do SUS e aval dos dirigentes.

7. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
SUS - Sistema Único de Saúde	39.906.607	36.320.026
Convênios	49.757.428	40.168.979
Funerária	12.903.366	11.640.573
Particulares	1.532.870	1.579.891
Subvenções	20.208.482	20.317.741
Santa Casa Saúde	-	46.577.806
Doações(a)	1.205.375	1.911.576
Serviços Administrativos e Assistenciais	7.583.88	3.641.818
Escolas de Enfermagem e Pós-Graduação	1.959.957	1.746.104
Outras	<u>827.223</u>	<u>581.505</u>
Total - R\$ 1	<u>135.885.193</u>	<u>164.486.019</u>

(a) No exercício financeiro de 2007, as doações recebidas passaram a ser tratadas como receita operacional, pelo fato de constar como uma das finalidades da Santa Casa no Estatuto Social, sendo ajustado em 2006 para fins de comparabilidade na Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício.

8. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Gastos com Pessoal	47.805.387	40.325.545
Serviços de Terceiros	37.105.389	86.950.189
Materiais	32.564.947	25.444.506
Outros Custos	<u>544.624</u>	<u>1.268.317</u>
Total - R\$ 1	<u>118.020.347</u>	<u>153.988.557</u>

9. DESPESAS FINANCEIRAS – DETALHAMENTO

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Juros e Atualização Monetária s/ Empréstimos	5.786.942	4.883.951
Juros e Correção sobre o FGTS	1.543.272	1.527.671
Juros e Multas Tributárias	6.840.072	6.603.117
Multas	110.560	53.456
Mora de Fornecedores	197.345	305.019
Juros de Parcelamento de Fornecedores	1.792.559	1.103.051
Juros e Atualização Monetária	3.202.867	2.176.117
Taxas e Comissões Bancárias	126.957	561.278
Outras	<u>646.348</u>	<u>577.400</u>
Total – R\$ 1	<u>20.246.922</u>	<u>17.791.060</u>

10. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Em 2007, foram processados ajustes, basicamente, referentes à transferência do Plano de Saúde para a Fundação Santa Casa, de R\$ 3.501 mil (R\$ 172 mil, em 2006).

11. GRATUIDADE

A Instituição atendeu ao SUS - Sistema Único de Saúde acima de 60% de sua capacidade instalada, cumprindo o disposto no Decreto nº 2.536/98, sendo atendidos em média 665 pacientes/dia (86%) de um total de 773.

O Serviço Funerário da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte realizou, durante o exercício de 2007, o sepultamento de 1.702 indigentes e carentes, com média mensal de 141 funerais, ao custo anual de R\$ 411 mil.

A Filantropia presente no Serviço de Geriatria da Santa Casa (Instituto Geriátrico Afonso Pena) gerou, no exercício de 2007, custo de R\$ 503 mil, referente ao atendimento a 40 idosos que residem em suas instalações.

Foram realizados, no exercício de 2007, atendimentos gratuitos de serviços ambulatoriais e de internação, gerando um custo de R\$ 124 mil, referente ao tratamento de 86 enfermos reconhecidamente carentes de recursos.

O critério utilizado para mensuração dos custos com Gratuidade é decorrente da determinação do Decreto nº 4.327/02, ou seja, obtido mediante a valoração dos procedimentos realizados com base nas tabelas de pagamentos do SUS, cujo montante em 31.12.07 foi de R\$ 39.907 mil (R\$ 36.320 mil em 31.12.06). Tais valores estão contabilizados em contas de compensação por não dispor a Entidade de sistema de custo integrado.

12. INSS PATRONAL - ISENÇÃO

A Santa Casa atende os requisitos legais para isenção da referida contribuição, estando a mesma contabilizada em contas de compensação, produzindo os seguintes efeitos:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
Total das isenções fiscais	(10.540.997)	(10.253.775)
Aplicação em Gratuidade	<u>39.906.607</u>	<u>36.320.026</u>
Excedente - R\$ 1	<u>29.365.610</u>	<u>26.066.251</u>

13. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

É decorrente da antecipação do recebimento de aluguéis dos imóveis de renda.

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER DE CURTO PRAZO

Decorrem, substancialmente, de aluguéis a receber vinculados aos imóveis de renda e subvenções a receber do MS - Fundo Nacional de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde.

15. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER DE LONGO PRAZO

São decorrentes de trânsito em julgado do processo judicial impetrado pela Federação Brasileira de Hospitais contra a União, visando resgatar a perda ocorrida na conversão da URV para o Real em percentual aplicado sobre a tabela de procedimentos do SUS, recebível em dez parcelas anuais, desde abril de 2004.

16. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Instituição efetua contratação de seguros em valor suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

17. ITEM EXTRAORDINÁRIO

A Instituição reconheceu o montante de R\$ 9.680 mil como insubsistência ativa, apresentada como Despesas (Receitas) operacionais na Demonstração do Superávit ou Déficit, devidamente suportado por parecer dos Assessores Jurídicos da Entidade.

18. FATOS RELEVANTES

a. A Santa Casa é autora do processo nº 200301007196-3 contra a União, e o mesmo refere-se ao efeito reflexo da perda de 9,5% sobre a tabela SUS em junho de 1994, estendendo seus efeitos até os dias atuais. Em dezembro de 2007, o valor dessa ação monta em R\$ 141,6 milhões. Os créditos deste processo serão utilizados para compensar débitos tributários da Santa Casa para com a União.

b. Em 2007 a Santa Casa aderiu à Lei 11.345/06 – denominada Timemania, regulamentada em agosto de 2007 pelo Decreto 6.187. Esta adesão possibilitou à Santa Casa consolidar e enquadrar, em instrumento legal apropriado todas as dívidas com INSS, FGTS e parte das dívidas com a Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional até agosto de 2007.

19. CONTINGÊNCIAS

A Entidade responde por questões relacionadas com dissídios salariais coletivos de anos anteriores e a atual direção vem mantendo entendimentos junto ao Sindicato dos seus empregados, buscando o equacionamento dessa situação em condições exequíveis. Os processos ainda não foram ultimados, mas a Administração e seus Assessores Jurídicos vislumbram que os desfechos das teses defendidas serão condizentes com as condições financeiras da Entidade, o que poderá, inclusive, ensejar a sua quitação.

Ademais, a Santa Casa tem em curso a implementação de um plano de modernização, treinamento e profissionalização dos seus colaboradores e um dos pilares desse projeto é a adoção, mediante negociação com o Sindicato da categoria, de salários baseados nos valores praticados no mercado hospitalarem, em substituição à aplicação formal dos índices de reajuste salarial decididos, anualmente, para os seus funcionários.

Assim, a Provisão para Contingências para processos trabalhistas e cíveis movidos contra a Entidade, da ordem de R\$ 15.998 mil trabalhistas e R\$ 7.030 mil cíveis (R\$ 16.732 mil trabalhistas e R\$ 4.541 mil cíveis em 2006), foi constituída baseando-se no grau de risco avaliado pela Assessoria Jurídica da Santa Casa, sendo considerada como suficiente pela sua Direção. O montante de R\$ 3.600 mil apresentado no passivo circulante de 2007 refere-se a doze parcelas mensais de R\$ 300 mil destinadas ao JAE – Juízo Auxiliar de Execuções / TRT.